Campinas, agosto de 1991 Ano V - nº 58

Reitor assina convênios de US$ 4 milhões

O reitor Carlos Vogt firmou no mês passado dois importantes convênios de cooperação tecnológica, resultando na captação de mais US$ 4 milhões para a Universidade: um com a empresa Mentor Graphics do Brasil, na área de informática, e outro com a Rhodia, que significou o repasse à Unicamp de um laboratório inteiro de desenvolvimento de fitofármacos. O primeiro convênio beneficia a Faculdade de Engenharia Elétrica e o Departamento de Ciência da Computação, o segundo, o CPQBA. **Página 3.**

As lições de outubro de 81

Passeata de protesto contra a intervenção, nas ruas centrais de Campinas, em 21 de outubro de 1981.

A história dos 25 anos da Unicamp, quase sempre uma sucessão feliz de conquistas e realizações, apresenta também seus momentos de impasse e retrocesso. Há dez anos, por exemplo, seus alicerces foram sacudidos por uma grave crise institucional, levando muita gente a duvidar, na época, de sua capacidade de resistência. A cronologia da crise vai de outubro de 1981 a abril do ano seguinte, período que precedeu a sucessão do reitor Plínio Alves de Moraes. Nem todos os aspectos foram negativos, porém: foi a partir da crise que a Unicamp tomou consciência de sua identidade e formulou um vasto e gradual processo de institucionalização, que durou oito anos e culminou com a consolidação da autonomia universitária em 1989. **Última página.**

Noturno em 92 consolida-se com mais sete cursos

Os cursos de engenharia elétrica, engenharia química, engenharia de alimentos, física, ciência da computação, ciências sociais e tecnologia em processamento de dados passarão a ser oferecidos também no período noturno, na Unicamp, a partir de 92. Os novos cursos representarão 225 vagas a mais no vestibular do próximo ano. A medida foi anunciada pelo reitor Carlos Vogt em fins de julho. Segundo ele, os cursos manterão a mesma qualidade programática dos cursos diurnos. **Página 4.**

Biblioteca Central da Unicamp, em funcionamento durante a noite.

Ossadas de Perus são identificadas na Unicamp

Os pais de Sônia Maria durante o anúncio das identificações.

Os pesquisadores do Departamento de Medicina Legal da Unicamp continuam ajudando a escrever a história. Depois dos casos Menguele e Chico Mendes, os peritos comandados pelo legista Fortunato Badan Palhares anunciaram em julho último a identificação, nos laboratórios da Universidade, de três desaparecidos políticos mortos e enterrados clandestinamente em Perus (SP). **Página 8.**

Ensaio traz revelações sobre esquerda militar

Quartim e seu livro: face pouco explorada da história.

Da conspiração republicana à revolta dos tenentes, uma força subterrânea permeou, nos quartéis, o papel político do Exército: as esquerdas militares. Até aqui praticamente ignorados pela historiografia, os militares de esquerda são agora resgatados em livro pelo professor João Quartim de Moraes, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. **Página 7.**

A propósito da prata da casa

Ademir Gebara

*Na última quinta-feira dia 18, alguns diretores trocavam impressões sobre a reportagem "Hora e vez da prata da casa", publicado no nº 57 do **Jornal da Unicamp**. Tendo em vista o início da reunião da CAD, a conversa ficou interrompida. Desta maneira algumas colocações em torno do assunto não puderam ser feitas naquele momento, eis aí a razão deste pequeno artigo.*

Tanto na reportagem de fundo (página 7), quanto na chamada do texto (página 1), existe, à primeira vista, uma postura que, se não advoga, ao menos valoriza um processo endógeno na "configuração de poder. 40% de seus diretores de unidade, fizeram sua formação universitária básica na própria Universidade, ou seja, são ex-alunos da Unicamp". Conversávamos então sobre a qualificação político-administrativa e suas possíveis relações com a formação acadêmica de cada um de nós. A frase acima, bem como o quadro da página 7, relativo à procedência dos diretores de unidade com a formação fora da Unicamp, forneciam pano de fundo para os comentários rápidos e simultâneos que o tempo e o local, a ante-sala do Consu, permitiam.

Gostaria então de acrescentar algumas questões em torno do assunto. Trata-se por exemplo do corte que a pós-graduação, especialmente o doutoramento quando realizado no exterior, representa na formação básica dada pela graduação. Quais "vínculos" ou "raízes" suportam este corte? Uma outra questão, a do significado do poder do diretor de unidade, me tocou mais profundamente. Sobre esta questão, gostaria não apenas de estender os comentários, mas sobretudo de dar continuidade à conversa da ante-sala.

Ademir Gebara, historiador, é diretor da Faculdade de Educação Física da Unicamp.

Um professor, para ser diretor, deve ser doutor/PhD, o que implica em uma vivência acadêmica já estruturada a nível de pesquisa e liderança; implica também no conhecido e desagradável fato de que a produção acadêmica é substancialmente prejudicada com o exercício de um mandato administrativo que se estende por quatro anos, geralmente precedidos por algum tempo de coordenação, chefia etc. Existe aí uma ambigüidade inquietante; somos geralmente levados a um decréscimo na atuação ao nível do ensino e da pesquisa.

Outra questão não menos inquietante é a posição do diretor enquanto elo de ligação entre a Reitoria e as respectivas unidades. Trata-se aqui do contato entre uma percepção global à Universidade (Reitoria), com demandas e interesses setoriais, freqüentemente corporativos, sintetizados na atuação do diretor de unidade. Certamente estas afirmações devem ser matizadas, tendo em vista características pessoais, ou mesmo circunstanciais, envolvendo cada um de nós.

Avançando o argumento nesta direção, e tendo por suposto que estamos criando regras que se pretendem estáveis, regras legitimadas sobretudo pela aquiescência da comunidade, é possível admitir que deveremos brevemente colocar em discussão a função do diretor de unidade. As funções, tal qual elas se colocam hoje, reforçam posturas cartoriais, neste caso especialmente nos centros e núcleos, e corporativas nas direções de unidade. Se a esta provocação evidente pudéssemos, ao menos aumentar o calibre do disparo, pensar na figura do administrador de unidades, centros etc. etc, talvez pudéssemos também rediscutir mecanismos que aproximassem os atuais diretores, chefes e coordenadores de suas atividades político-acadêmicas de maneira clara e prioritária. Sem endogenia.

Correção

*O primeiro ex-aluno da Unicamp a assumir um cargo de direção de unidade na Universidade não foi o professor Antonio Celso Arruda, conforme publicamos na edição passada (**Jornal da Unicamp** nº 57) mas a professora Iracema de Oliveira Moraes, formada em 1970 pela antiga Faculdade de Tecnologia de Alimentos (FTA). Ela ocupou o cargo de diretora da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) no período de 15/8/82 a 30/8/86, na gestão do reitor José Aristodemo Pinotti, enquanto Celso Arruda dirigiu a antiga Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) a partir de 1986.*

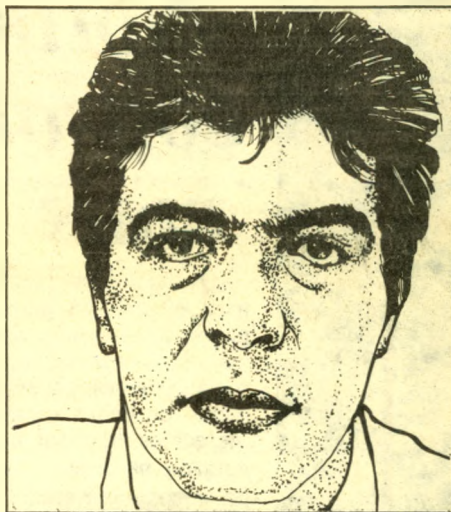
A prática assistencial e a pesquisa médica

Fernando Lopes Gonçales

Nos últimos anos, os hospitais universitários brasileiros têm sido envolvidos, muitas vezes compulsoriamente, na assistência médica à população. Esta participação cada vez maior se deve às crises que envolveram o Inamps e os hospitais privados ou filantrópicos na década de 80. Apesar de polêmico, consideramos ser esta inserção da universidade no sistema de saúde, extremamente importante quando analisada sobre o aspecto global.

O enorme afluxo de doentes para a área de saúde da Unicamp, num momento em que nossa unidade mais antiga — o HC-Unicamp, ainda estava em processo de implantação, trouxe grandes problemas administrativos e gerenciais, e fez aflorar discussões filosóficas sobre o verdadeiro papel das instituições de saúde universitárias.

Diversamente de outros setores a área médica necessita, para bem guardar seus alunos e capacitar profissionalmente seus residentes, de um número substancial e diversificado de doentes e patologias — talvez mais do que de livros ou de aulas teóricas.

Não só os alunos e residentes, mas também os docentes da área médica, necessitam da prática profissional cotidiana, para daí retirarem os elementos fundamentais para o ensino e a pesquisa médica. É possível um cirurgião ensinar a arte e a técnica cirúrgicas, se não as pratica? Como propor novas técnicas diagnósticas ou terapêuticas se o docente não as conhece ou não se atualiza? Somente a prática profissional regular, com o tempo, vai capacitar, aprimorar e tornar experiente o profissional.

Fernando Lopes Gonçales, infectologista, foi superintendente do Hospital de Clínicas da Unicamp.

Os serviços assistenciais competentes, via de regra, em sua evolução natural, vão constituir-se em importantes pólos de ensino e pesquisas médicas. Se a área de câncer e hematologia infantil da Unicamp, representada pela Pediatria, pelo Cipoi e coadjuvada pelo Centro Infantil Boldrini, não tivesse se credibilizado, a nível nacional, como centro de referência assistencial especializado, teria evoluído, como se observa hoje, na produção de conhecimentos e na montagem de competentes laboratórios voltados para a pesquisa de leucemias? O que seria da área de Obstetrícia e Tocoginecologia da FCM se não existisse o Caism? O Hemocentro produziria os trabalhos científicos e influiria na política nacional para a área de sangue, se não desenvolvesse intensa atividade assistencial de vigilância e controle de qualidade? Seria possível ao Gastrocentro desenvolver protocolos científicos internacionais de pesquisa se seus docentes não participassem ativamente do atendimento médico? Uma boa medida do reflexo da prática assistencial na pesquisa médica é o considerável número de teses de mestrado e doutorado produzidas na FCM, a partir das observações clínicas e epidemiológicas dos doentes atendidos nas nossas unidades de saúde. O ensino médico é indissociável da assistência. A pesquisa médica, também.

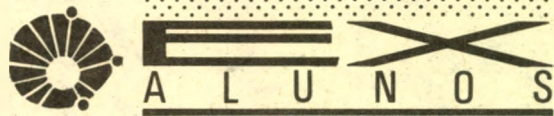
Sabemos que somente 10% dos médicos brasileiros fazem residência médica. Quando a FCM ainda funcionava na Santa Casa, os residentes do segundo ano de cirurgia geral executavam em média três colecistectomias (retiradas da vesícula biliar) durante seus estágios na área de Cirurgia do Aparelho Digestivo. Atualmente, esses residentes realizam em uma semana no Hospital Municipal de Paulínia e no HC-Unicamp mais cirurgias do que em três meses na antiga Santa Casa. Isto, sem dúvida, os torna mais capacitados para a profissão.

Dois tradicionais hospitais universitários brasileiros: o HC de São Paulo (associado à USP) e o Hospital São Paulo (associado à Escola Paulista de Medicina) são sobejamente conhecidos pela grande carga assistencial que suportam. Por isso mesmo, uma parte substancial dos melhores médicos atuantes no Brasil é oriunda dessas duas instituições. E mais ainda, os cursos de pós-graduação em medicina, nas duas instituições citadas, estão, sem dúvida entre os melhores da América Latina, tanto nos aspectos quantitativo como qualitativo.

Uma diferença substancial ocorre hoje, entre a área de assistência à saúde na Unicamp e suas congêneres na USP e Escola Paulista de Medicina. Enquanto nessas instituições hospitalares existe grande número de médicos contratados, em relação ao pessoal docente, atuando na assistência médica, aqui se processa o inverso. Atualmente na prática assistencial do HC-Unicamp, existem atuando cerca de 300 docentes, para 100 médicos contratados. Essa relação, e não o inverso, existente aqui na Unicamp nos diferencia e nos torna modelares. É preciso que tal proporção seja mantida e que cada vez mais se ampliem os espaços participativos do corpo docente da FCM nas áreas assistenciais. Cabe, no entanto, através de contínua revisão e planejamento do modelo, buscarmos resguardar e manter os espaços específicos do ensino e da pesquisa médica.

O equilíbrio que hoje atingimos, entre a assistência, a pesquisa e o ensino médico, não pode, de maneira nenhuma, ser rompido por desestruturação ou desorganização do sistema público de saúde ora implantado no estado e no país. Cabe à área de saúde e à universidade preservá-lo e aperfeiçoá-lo.

O que não podemos aceitar é que uma instituição pública extremamente capacitada profissionalmente e tecnologicamente, como a área de saúde da Unicamp, se aliene dos graves problemas de saúde que hoje afligem a população do país, sob o falso argumento da descaracterização institucional.

Cabe à área de saúde buscar sempre novas formas de atuação social e combater o isolamento, este sim, o grande agente da temida descaracterização.

EX ALUNOS

Se você é ex-aluno da Unicamp e não recebe regularmente nossa correspondência ou deseja alterar o seu endereço, preencha o cupom abaixo e envie-o para:

SAE - Serviço de Apoio ao Estudante ◆ Programa de Ex-Alunos
Unicamp Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
CP.6137 CEP.13.081 Barão Geraldo Campinas-SP

◆ ◆ ◆

SAE - Programa de Ex-Alunos

Nome______
Endereço______ Nº____
Cidade____ Estado____ CEP____
Graduação em____ RA____

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Reitor - Carlos Vogt
Vice-reitor - José Martins Filho
Pró-reitor de Extensão - César Francisco Ciacco
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário - Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves
Pró-reitor de Graduação - Adalberto Bono M. S. Bassi
Pró-reitor de Pesquisa - Armando Turtelli Jr.
Pró-reitor de Pós-Graduação - José Dias Sobrinho
Este jornal é elaborado mensalmente pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas — SP — Telefones (0192) 39-7865, 39-8394 e 39-8404. Telex (019) 1150. Fax (0192) 39-3848.
Editor - Eustáquio Gomes (MTb 10.734)
Subeditor - Amarildo Carnicel (MTb 15.519)
Redatores - Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Graça Caldas (MTb 12.91), Lea Cristiane Violante (MTb 14.617), Roberto Costa (MTb 13.751).
Fotografia - Antoninho Perri (MTb 828)
Ilustração e Arte Final - Oséas de Magalhães
Diagramação - Amarildo Carnicel e Roberto Costa
Serviços Técnicos - Clara Eli Salinas, Dulcinéa Ap. B. de Souza, Edson Lara de Almeida, Hélio Costa Júnior e Sônia Regina T.T. Pais

Novos convênios trazem US$ 4 mi

Mentor Graphics doa softwares e Rhodia repassa à Unicamp um laboratório inteiro.

Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia: convênio.

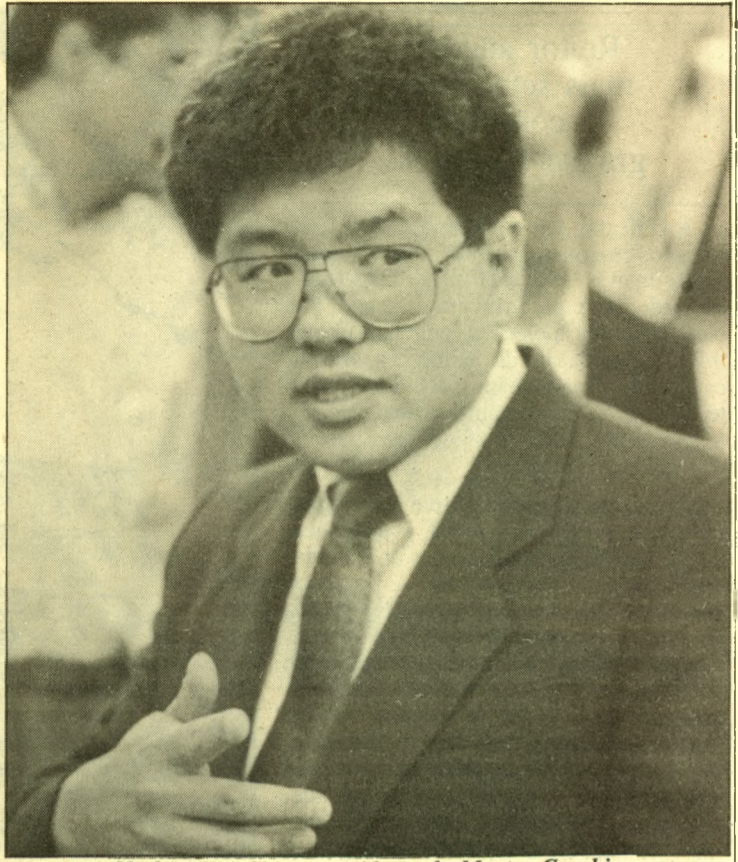
Norbert Wei Chien, presidente da Mentor Graphics.

Em continuidade ao programa de cooperação Universidade-Empresa, a Unicamp acaba de firmar dois importantes convênios tecnológicos que, juntos, atingem cifras da ordem de US$ 4 milhões. Dia 2 de junho a Unicamp assinou convênio na área de informática com a Mentor Graphics do Brasil, empresa norte-americana que repassará à Universidade, nos próximos meses, softwares no valor de US$ 2,5 milhões. Quinze dias depois a instituição capitalizou mais US$ 1,5 milhão, desta feita através de convênio com a Rhodia, que transferiu para o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) um laboratório inteiro de desenvolvimento de fármacos e know-how de cinco anos de pesquisas. Para o reitor Carlos Vogt, os dois convênios refletem mais uma vez a política transparente e positiva da Unicamp no sentido de sua aproximação com o setor produtivo, bem como sinalizam que a indústria entendeu esse recado.

O convênio com a Mentor Graphics do Brasil — o primeiro da empresa na América Latina — coloca à disposição de alunos e pesquisadores do Departamento da Ciência da Computação e da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE) softwares para automação de projetos eletrônicos nas áreas de microeletrônica, sistemas digitais, sistemas analógicos e empacotamento eletro-mecânico. O convênio, que faz parte do plano de apoio à educação da empresa, possibilitará a ampliação do parque computacional da Universidade, permitindo ainda que o usuário atue em duas frentes: sistemas eletrônicos e microeletrônica e na área de *Case* (Computer-Aidet Software Engeneering).

Segundo Norbert Wei Chien, presidente da Mentor Graphics do Brasil, a empresa — que é líder mundial no mercado de softwares, com um faturamento anual de US$ 430 milhões e 2.600 funcionários — quer participar desse mercado no país através da Unicamp. Formado em engenharia elétrica pela Universidade, Norbert optou pela instituição "pelo conceito que desfruta no cenário científico nacional". Com duração prevista de três anos, o convênio prevê também intercâmbio entre pesquisadores da Universidade e dos laboratórios da empresa nos Estados Unidos. Atualmente a empresa conta com unidades em 20 países. A afiliada brasileira — localizada em Campinas — é a única representante na América Latina.

Mais US$ 1,5 milhão

O convênio firmado entre a Rhodia e a Unicamp no último dia 15 prevê a doação de cerca de 200 itens (30 de grande porte), além do know-how desenvolvido pela multinacional francesa ao longo dos trabalhos realizados em seu centro de pesquisas localizado em Paulínia. Entre os equipamentos já patrimoniados pela Unicamp estão dois laboratórios completos de fitoquímica e de farmacologia e um extrator de princípios ativos. De um grupo de 20 profissionais que atuavam nas pesquisas desenvolvidas pela Rhodia, alguns pesquisadores serão absorvidos pelo CPQBA. O convênio estabelece ainda que a Unicamp deve dar continuidade aos projetos iniciados em Paulínia, além de dar à Rhodia a preferência na comercialização dos produtos que resultarem dessas pesquisas.

Os lucros, segundo o contrato, serão divididos em partes iguais. O diretor do CPQBA, professor Waldemiro Sgarbieri, assinala entretanto que o laboratório repassado está livre para o desenvolvimento de outras pesquisas em parceria com outras indústrias. "Os novos equipamentos são agora de propriedade da Unicamp, que poderá fazer deles o uso que lhe convier", acrescenta.

O diretor-presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, qualificou o convênio como uma "sinergia" entre a Unicamp e a multinacional francesa, através de seus centros de pesquisa. "É injustificável não promover a comunicação de trabalhos similares", avalia. Segundo Musa, o potencial científico da Universidade permitirá a aceleração das pesquisas até então desenvolvidas nos laboratórios de Paulínia.

Musa adiantou que entre essas pesquisas está o desenvolvimento de medicamentos do campo analgésico, anti-inflamatório, anti-ulceroso, hipnótico, anorético e um broncodilatador — este em estágio mais avançado. Extraído de uma planta nacional — cujo nome Musa preferiu não revelar —, o broncodilatador, segundo testes realizados em animais, não apresenta efeitos colaterais, como a taquicardia, largamente registrada em remédios similares. Quando estiver concluído, o medicamento será o primeiro fitofármaco cem por cento nacional. **(A.C.)**

Uniemp, recém-criada, já tem secretário

Fundação nasce para aproximar indústrias dos centros de pesquisa.

Ruderico Moraes, secretário executivo da Fundação Universidade — Empresa.

O médico e ex-gerente de pesquisa e desenvolvimento da Rhodia, Ruderico Moraes, acaba de ser nomeado secretário-executivo da Fundação Universidade-Empresa (Uniemp), entidade criada em junho último com o propósito de mediar e intensificar o diálogo entre os centros de pesquisa e o setor produtivo. Com orçamento previsto de US$ 120 mil para os próximos seis meses, a nova entidade vem funcionando desde 1º de agosto em um escritório cedido pela Copersucar, uma das seis grandes empresas que compõem o núcleo idealizador do projeto.

Após 14 anos dedicados à Rhodia, Ruderico Moraes assume o comando da Uniemp com a missão de mostrar ao setor produtivo que a solução de boa parte dos problemas das empresas pode estar nos laboratórios universitários — a maioria dos empresários brasileiros ainda não atentou para essa realidade. "É necessário diminuir a distância entre esses setores, a exemplo do que já ocorre entre a Unicamp e a Rhodia". A Unicamp mantém, hoje cerca de 500 contratos concluídos ou em andamento com indústrias de vários segmentos.

Entretanto a área de atuação da Uniemp não se limita à elaboração de um cardápio a que as empresas recorrerão, em busca de soluções para seus problemas tecnológicos. Segundo Ruderico, a nova fundação deverá instituir conselhos consultivos formados no âmbito das universidades e das empresas com o objetivo de desenvolver também tecnologia de ponta. "O apoio empresarial é vital para inibir o fluxo dessa importação", acredita.

Segundo Ruderico, há ainda um segmento do empresariado nacional que deverá ser beneficiado consideravelmente: os pequenos e os médios empresários. "Nenhuma empresa ou universidade será discriminada", afirma. A Universidade pode responder, por exemplo, se o aço empregado na fabricação de um simples parafuso é ou não o ideal para determinado uso. O mesmo procedimento pode ser adotado em relação a um corante aplicado num determinado tipo de alimento. Embora seja responsável pelo agenciamento entre os dois segmentos, a entidade não terá nenhuma participação financeira no convênio. "Não é nosso objetivo receber taxas de intermediação. Menos ainda atuar como agente de fomento. Apenas facilitaremos o diálogo", assegura o secretário.

Idealizadores

A Uniemp nasceu após uma série de reuniões entre reitores e empresários que compartilham os mesmos princípios, ou seja, o estabelecimento de novos papéis para a universidade e para a indústria no contexto da corrida tecnológica. Para o reitor da Unicamp, Carlos Vogt — um dos principais articuladores da idéia, ao lado do presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa — a criação da Uniemp visa a amenizar um dos principais entraves do desenvolvimento tecnológico: o desconhecimento recíproco das possibilidades de cooperação entre os setores de pesquisa e os de produção.

Participam do grupo inicial empresas de grande porte como Rhodia, Siemens, Metal Leve, Grupo Gerdau, Copersucar e Weg, que assumem, de imediato, o compromisso de arcar com o investimento inicial de US$ 120 mil para os próximos seis meses e US$ 300 mil para o ano seguinte. Segundo Ruderico, esse orçamento é suficiente para a operacionalização do escritório em São Paulo. Do setor universitário participam, além da Unicamp, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de São Carlos, a Escola Paulista de Medicina e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica. **(A.C.)**

Noturno oferecerá mais 225 vagas

Reitor anuncia mais sete cursos e consolida graduação em 92.

A Unicamp vai oferecer, em 1992, sete novos cursos no período noturno, o que representará um acréscimo de 225 vagas na graduação a partir do próximo ano. São eles: engenharia elétrica, engenharia química, engenharia de alimentos, física, ciência da computação, ciências sociais e tecnologia em processamento de dados, este último no Centro de Educação Superior (Ceset) em Limeira.

Ao ajustar-se ao dispositivo constitucional que determina até 1993, a existência de 30% de vagas noturnas nas universidades públicas, a Unicamp não se preocupa apenas em fazer cumprir os números, mas também com a qualidade dos profissionais que colocará no mercado de trabalho. Daí a manutenção, à noite, dos programas de ensino já consolidados no diurno. "Não se trata, absolutamente, de cursos diferenciados dos que já vêm sendo ministrados, em termos qualitativos, pela Universidade, mas de uma expansão social necessária do que já existe, com os mesmos programas, mesmos coordenadores e inclusive o mesmo vestibular", assegurou o reitor Carlos Vogt ao anunciar a novidade à imprensa, no último dia 16 de julho.

Segundo o pró-reitor de Graduação, professor Adalberto Bassi, há uma razão lógica — e até de mercado — para que a maioria desses novos cursos esteja concentrado nas áreas das engenharias. É que, no âmbito do ensino noturno, esses cursos são raros nas instituições universitárias brasileiras. Para a implantação dos sete novos cursos, estima-se que o orçamento da Unicamp será onerado anualmente em cerca de US$ 10 milhões. O reitor considera providencial, em vista disso, o aumento em perspectiva do percentual da arrecadação do ICMS que cabe às universidades estaduais paulistas. O percentual, atualmente fixado em 8,4%, deve subir para 9% a partir de 1992.

Mesmo antes dos cursos noturnos a Biblioteca Central já abria até as 22 horas.

Cursos

A Unicamp conta atualmente com cinco cursos noturnos em nível de graduação sendo três deles em funcionamento no Ceset em Limeira: Tecnologia sanitária, em obras de solo e em edifícios, com 45 vagas cada um. O de Tecnologia em processamento de dados, que entrará em funcionamento no próximo ano, oferecerá também mais 45 vagas.

No campus funcionam hoje dois cursos noturnos: o de Matemática com 45 vagas — que formará a primeira turma (licenciatura) este ano — o de Pedagogia, com 30 vagas, implementado em março deste ano. Os outros seis cursos terão 30 vagas cada. A Unicamp ofereceu no último vestibular 1.708 vagas, das quais 210 (cerca de 13%) no período noturno. Com os sete novos cursos, os candidatos contarão com 435 vagas à noite, pouco mais de 26%. O reitor acredita que até 93 a Universidade terá superado os 30% exigidos pela Constituição.

Atualmente a maioria das bibliotecas da Unicamp funciona até depois das 18 horas. A Biblioteca Central (BC) abre diariamente até às 22 horas e um dos restaurantes do campus serve, hoje, em torno de 1.500 refeições até às 19 horas. Para atender à nova demanda noturna, os serviços de transportes, alimentação e iluminação serão otimizados. Técnicos da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) estiveram na Universidade para um estudo detalhado sobre a iluminação do campus, em projeto autorizado pelo governador do Estado. **(L.C.V.)**

Desenvolvido açúcar que não engorda

Pesquisa foi realizada nos laboratórios da FEA.

Não engorda, não provoca cáries e, como se não bastasse, conserva o sabor natural. As características descritas definem bem o *new sugar*, um novo tipo de açúcar que está saindo dos laboratórios da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. "Trata-se de um gol biotecnológico muito importante", afirma a bióloga Gláucia Maria Pastore, pesquisadora do Laboratório de Bioquímica, uma das responsáveis pelo novo produto. Mesmo antes de atingir a escala industrial, o interesse pelo *new sugar* já é grande.

A procura por açúcar alternativo é tema comum a laboratórios de pesquisa de diversos países. Ciente da importância do fato, o médico e bioquímico Yong K. Park, chefe da equipe que desenvolveu o *new sugar*, tratou de comunicar, em maio último, a conquista à comunidade científica internacional através de um artigo no *World Journal of Microbiology and Biotechnology*.

O retorno foi imediato. O pesquisador passou a receber cartas de vários pontos do mundo. O interesse aumentou ainda mais quando seu trabalho começou a aparecer em jornais e na televisão. Usineiros brasileiros, que normalmente têm problemas para vender o açúcar que produzem para o exterior também manifestaram interesse em conhecer o novo produto.

Por enquanto, o *new sugar* é apenas um produto de laboratório. Desenvolvido em pequena quantidade e na forma de xarope, aguarda a hora de poder atingir escalas industriais, como desejam os pesquisadores que chegaram à fórmula final. Mas para atingir essa etapa foram anos de trabalho.

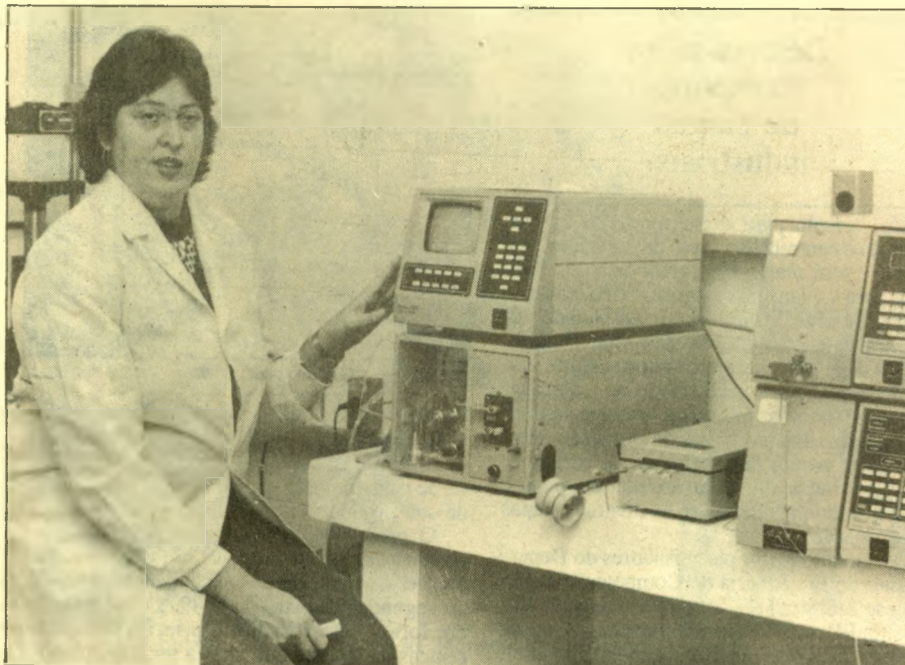
O objetivo era obter um adoçante que pudesse ter essa qualidade e, ao mesmo tempo, não produzir calorias. Sabe-se que a sacarose obtida do açúcar comum é composta por glicose e frutose, e que as moléculas desses componentes são quebradas no metabolismo humano, transformando-se em calorias nem sempre desejáveis para quem deseja manter a forma ou para diabéticos.

Definidos os objetivos básicos — evitar esses inconvenientes — a equipe do professor Park partiu para o campo prático. A descoberta de um microorganismo, o *Aspergillus niger*, encontrado quase por acaso no solo de canaviais, foi um passo importante. Levado para laboratório, constatou-se que ele viria a ser fundamental no desenvolvimento do novo processo. Submetido à fermentação, esse microorganismo produziu uma importante enzima, a frutosiltranferase.

A função da enzima consistia em propiciar a quebra das moléculas da sacarose, com a conseqüente adição de novas moléculas de frutose. Assim composta, poderia perfeitamente tanto cumprir a função de adoçante quanto apresentar a propriedade de não ser absorvida pelo organismo.

"O *new sugar* pode ser usado até por um diabético", acrescenta Yong Park, que enumera outra qualidade: o novo açúcar ajuda na digestão dos alimentos ingeridos. De acordo com Gláucia Pastore, a função desse acréscimo de moléculas é justamente "driblar" o organismo, que não tem capacidade de produzir enzimas para quebrar a nova estrutura.

O salto produzido pela biotecnologia coloca o Brasil na linha de frente nas pesquisas dessa área. Uma prova é que a equipe da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp tem sido convidada para mostrar a novidade em eventos internacionais e nacionais. Em julho, o *new sugar* foi apresentado no Congresso Internacional sobre Ciência e Tecnologia de Alimentos, realizado nos Estados Unidos, e na II Feira Nacional de Biotecnologia, em São Paulo.

Integrada ainda pela farmacêutica Hélia Arumi Sato e pelo pós-graduando José Geraldo Sabione, a equipe que desenvolveu o *new sugar* tem realizado muitos outros trabalhos. O coreano Yong K. Park chegou à Unicamp há exatos 25 anos, compondo desde então uma seleta camada de pesquisadores que Zeferino Vaz foi buscar no exterior. Trabalha basicamente com enzimas industriais produzidas a partir de microorganismos. Destacam-se pesquisas já realizadas com derivados de amido, fermentação para produção de etanol a partir da sacarose, coalhos para queijos e muitos outros. No momento, o grupo liderado por Park se preocupa em dar os retoques finais num aditivo natural a ser usado na indústria de alimentos ou de fármacos. **(R.C.)**

Gláucia Maria: retoques finais num aditivo natural para a indústria.

Yong Park: conquista comunicada à comunidade científica internacional.

Pesquisa mapeia hábitos de pássaros

Um zoólogo na trilha de gaturamos sanhaços e tiês.

No Brasil, apesar de sua notória importância ecológica, poucos são os estudos sobre as aves que o habitam. A coisa se torna ainda mais séria quando se trata de questões específicas sobre os pássaros. Por exemplo: que tipo de alimento consome determinada espécie de passarinho? Como e onde obtém seus alimentos?

É exatamente a isso que se propõe o biólogo Marcos Rodrigues, 27 anos, do Departamento de Zoologia, do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, através de seu trabalho de tese de mestrado — inédito no Brasil—, defendida em abril último. Durante dois anos ele pesquisou a ecologia alimentar de treze espécies de traupídeos, uma família de aves exclusivas das Américas, que pode ser encontrada nos "neotrópicos" — do México à Patagônia.

Essas aves, segundo Marcos, são conhecidas popularmente por sanhaços, saíras, gaturamos e tiês, sendo as mais coloridas e populares da fauna brasileira. As pesquisas de Marcos desenvolveram-se nas matas da Fazenda Intervales, uma reserva da Fundação para a Produção e Conservação Florestal do Estado de São Paulo, localizada a 350 quilômetros de Campinas, na região Sul do Estado.

Competição e partilha

No início, o objetivo básico de sua pesquisa era quantificar os hábitos alimentares desses pássaros, os traupídeos, qual a relação que mantinham com o lugar e o papel que desempenhavam nesse tipo de ambiente florestal — especificamente na Fazenda Intervales. No decorrer dos trabalhos, além dos propósitos básicos iniciais, o biólogo enveredou também para outras questões: onde, como e quais tipos de alimentos os pássaros em estudo conseguiam nessa floresta. (Durante um ano, ele acompanhou o comportamento dos pássaros em 28 espécies diferentes de plantas que produziam frutos ornitocóricos — tipos de frutos consumidos pelas aves). Observou ainda quais as espécies de traupídeos se alimentavam desses frutos, quantificando as proporções consumidas pelos sanhaços, pelas saíras e pelos tiês, por exemplo.

Além dessas questões de ordem prática, que serviriam de subsídios para o manejo (plantio de novas árvores cujos frutos já são consumidos pelos pássaros, como a capororoca, espécie de crescimento rápido e copa frondosa) de reservas ou recuperação de áreas naturais, "alguns resultados servem para a verificação de aspectos teóricos como a partilha de recursos na natureza por parte dos pássaros", ressalta o biólogo.

Numa floresta como a Amazônia ou mesmo da Fazenda Intervales, muitas espécies de árvores típicas da orla da mata que produzem frutos dependem dos traupídeos para a disseminação de suas sementes. Cada espécie de ave, de acordo com o pesquisador, tem um modo distinto de ocupação do ambiente. Algumas delas, por exemplo, vivem principalmente nas copas das árvores e só se alimentam de insetos típicos desse habitat, enquanto que outras vivem apenas no sub-bosque (intermediária entre a copa e o solo) da mata e se alimentam de pequenos frutos e insetos também exclusivos desse ambiente. Existem ainda os sanhaços — de coloração azul acinzentado, medindo 15 cm em média — que capturam os insetos em locais específicos de uma árvore. Algumas espécies, porém, só capturam insetos que vivem sobre as folhas; outras só apanham insetos que vivem sobre os galhos. Há aqueles que só buscam alimentos existentes em plantas epífitas, vegetais que vivem sobre um outro sem retirar nutrimento. E têm ainda os que, como verdadeiros acrobatas, deixam a árvore, apanham os insetos em pleno vôo e retornam, como os pardais e as andorinhas em dias de chuva.

Segundo Marcos, os tiês-de-topete, de 15 a 20 cm de cumprimento, são pássaros com fama de oportunistas. As "formigas de correição", que normalmente andam em grandes bandos, também caçam insetos e outros animais pequenos, que fogem ao serem atacados por elas. É quando surgem os tiês-de-topete, caçando-os voluptuosamente.

Para o biólogo, a conservação de florestas está intimamente ligada à preservação dessas aves em seu habitat, "pois muitas plantas dependem exclusivamente delas para a disseminação de suas sementes e a provável germinação de outras árvores e plantas". Marcos calcula que entre 50% e 70% das árvores de uma floresta como a Fazenda Intervales produzem pequenos frutos, como os da embaúba e da maria-preta, muito apreciados tanto pelos sanhaços quanto pelos tiês, saíras e gaturamos. **(A.R.F.)**

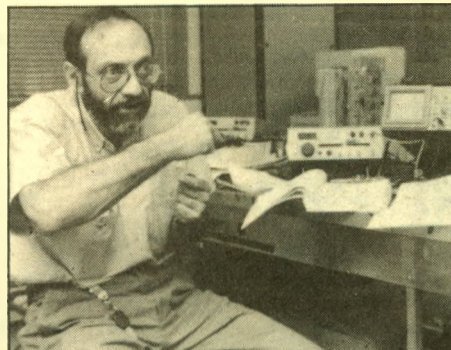
Marcos Rodrigues: dois anos pesquisando a ecologia alimentar dos pássaros.

Os traupídeos são encontrados exclusivamente na América.

FEE desenvolve veículo autoguiado

Destina-se ao transporte de cargas industriais.

Um veículo para o transporte de cargas, acionado e controlado através de um microcomputador, será mais uma colaboração da Unicamp para o avanço da automação industrial no país. O Veículo Autonomamente Guiado, ou simplesmente AGV (do inglês —*Auto Guidance Vehicle*), permite a movimentação de cargas de porte sem a necessidade de motorista. Nas mais modernas indústrias veículos deste tipo são utilizados em linhas de produção automatizadas, para o deslocamento de cargas de insumos vindas do almoxarifado ou para o transporte do produto entre as diversas etapas da fabricação.

Desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Engenharia de Computação e Automação Industrial (DCA) da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE), em convênio com uma empresa do Rio de Janeiro, a Ameise Indústria e Comércio S.A., o protótipo projetado na Unicamp deverá ficar pronto até o final do ano. A Ameise é especializada na produção de veículos para transporte de cargas industriais, principalmente rebocadores e empilhadeiras. Neste trabalho coincidem dois interesses: de um lado, o da universidade, no desenvolvimento e total conhecimento prático de um equipamento útil às suas atividades acadêmicas; de outro o empresarial, interessado em investir no desenvolvimento de uma tecnologia que lhe permitirá diversificar a sua gama de produtos. O contrato prevê que a Universidade receberá *royalties* de 2% sobre o preço líquido da venda de cada unidade do AGV, a partir do início de sua produção.

Jaime : protótipo pronto até o final do ano.

O projeto teve início num curso de pós-graduação ministrado pelos professores Jaime Szajner e José Raimundo de Oliveira, do DCA, no segundo semestre de 1989. Como resultado, foram especificadas as principais características do veículo que viria a ser implementado. Alguns alunos daquele curso continuam participando de seu desenvolvimento e devem usar o trabalho em suas teses de mestrado.

O protótipo desenvolvido na FEE tem algumas características peculiares. Para fins de redução dos custos de desenvolvimento, optou-se por utilizar uma arquitetura de processamento compatível com os microcomputadores PC. Assim, todo o desenvolvimento dos programas básicos e de controle podem ser feitos utilizando-se equipamentos facilmente disponíveis no mercado.

A utilização de um sistema de tração com motor de indução trifásico é outra característica que diferencia o veículo projetado na FEE dos veículos industriais atualmente disponíveis no mercado mundial, que utilizam tração com motores de corrente contínua. Segundo o professor Jaime, o motor de corrente contínua costuma apresentar muitos problemas, principalmente de manutenção. A opção adotada foi utilizar motor de indução trifásico acionado por inversores PWM a partir de baterias tracionárias. O inversor PWM, neste caso a transistores, vai chavear a tensão contínua das baterias, produzindo correntes alternadas trifásicas, com amplitude e freqüências variáveis. Este tipo de acionamento elétrico é extremamente robusto e praticamente não exige manutenção.

O percurso é sinalizado por fitas refletoras coladas ao piso, codificadas para um microcomputador por intermédio de sensores. Esta opção é bastante simples de ser implementada e permite uma grande flexibilidade de alterações. A fita determina um ou mais percursos a serem seguidos pelo AGV. Com todas as informações transferidas para o microcomputador, há a possibilidade de diversos veículos trafegarem ao mesmo tempo, por rotas diferentes. Um microcomputador de supervisão se encarrega, através de mapas de ambiente, de controlar o tempo e a correta fluidez do trânsito.

Apesar de sua aparente simplicidade, o projeto da FEE tem boas perspectivas de ser usado com sucesso. "Trata-se de um produto de configuração simples, mas que funciona", garante o professor Jaime. Ele busca nos custos um outro aliado para suas previsões. Com cerca de 40 mil dólares foi possível desenvolver todo o protótipo. As despesas correm por conta do software, do aprimoramento do motor e dos equipamentos de informática de acionamento.

Já se sabe que, mesmo antes dos testes finais, o AGV poderá atingir até 10 km/h, uma velocidade razoável em se tratando de carga pesada. O protótipo pode rebocar cargas de até três toneladas e transportar sobre a sua carroceria outros 300 kg. São quantidades relevantes mesmo para grandes almoxarifados.

Os resultados obtidos até agora são bastante animadores e permitiram estimular outros pesquisadores da FEE a utilizar o projeto como plataforma para as suas atividades de pesquisa. Dentre essas atividades, destaca-se a instalação de um equipamento de visão computacional para o veículo, permitindo que, através do processamento da imagem adquirida, o veículo possa determinar as rotas a serem percorridas, possíveis obstáculos e até sinais de trânsito.

Outro destaque é o trabalho desenvolvido pela equipe do professor Márcio Luiz de Andrade Netto, que estuda a viabilidade de utilização de redes neurais no controle de movimentação do AGV. "O sistema teria então a capacidade de aprender o que deve ser realizado, podendo acelerar, frear ou realizar outras tarefas não comuns a um computador tradicional", explica Márcio.

O sistema de redes neurais reúne uma série de componentes eletrônicos — simulando o funcionamento de neurônios — que tornam os equipamentos aptos a desenvolver tarefas mais complexas. Mas Márcio reconhece que a utilização de redes neurais no AGV não é uma etapa de rápida definição. **(R.C.)**

Programa ensina a prevenir infarto

Alto índice de mortalidade pode ser evitado.

Que as doenças do coração matam mais que câncer e acidentes de trânsito, quase todo mundo sabe. O que poucos sabem, no entanto, é que, com algumas precauções básicas — como evitar o fumo, o álcool, os alimentos gordurosos, aliado à prática de pelo menos um exercício físico — poder-se-ia reduzir em até 30% o assustador índice de meio milhão de óbitos anuais no Brasil. Isso sem falar dos gastos que acarretam os tratamentos dessas doenças, responsáveis no Brasil por 15 milhões de aposentadorias precoces e 43 mil licenças de trabalho.

As informações são do cardiologista Paulo Afonso Ribeiro Jorge, do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, responsável pela criação, há três anos, do Programa de Prevenção do Infarto (PPI), exclusivamente voltado para o tratamento de professores e funcionários da Universidade. Segundo ele, o objetivo básico desse programa é detectar a presença de cardiopatia isquêmica, caracterizar a presença de fatores de risco e orientar os pacientes para o controle desses fatores, observando sua influência ao longo dos anos. Atualmente 500 pessoas estão incluídas nesse projeto.

Estudos feitos com esse grupo revelam que 19% deles apresentam hipertensão arterial, 11% têm hipercolesterolemia (aumento de colesterol no sangue) e 62% são fumantes. Esses dados refletem muito bem o universo social do brasileiro, pouco afeito a medidas preventivas, principalmente quando se trata de mudança de hábito de vida, como deixar de fumar ou fazer exercícios físicos. De acordo com o cardiologista, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 39,3% das causas de morte numa população de 30 a 49 anos, contra 12% e 11% das causas respresentadas pelo câncer e pelos acidentes de trânsito, respectivamente. A mortalidade por doença cardiovascular aumenta com a idade, atingindo índices de 41% no período de 50 a 59 anos e de 47,6% após os 70 anos. Prevê-se que para o ano dois mil a população brasileira com mais de 60 anos seja de 14 milhões. Diante de quadro tão contundente, é de esperar que, se não forem tomadas providências urgentes por parte dos governos e as pessoas não se precaverem em relação às doenças do coração, esses índices serão muito maiores.

Paulo Afonso: programa de prevenção.

Paulo Afonso ressalta, entretanto, que algumas medidas foram tomadas no sentido de reduzir a mortalidade provocada pelas doenças cardiovasculares. Assim, destacam-se as intervenções terapêuticas curativas, "na tentativa de reduzir as complicações da doença já instalada". Os avanços da terapêutica curativa, segundo o cardiologista, têm influído de modo significativo na morbidade e na mortalidade das doenças coronarianas. Os benefícios da cirurgia de revascularização, da angioplastia, assim como a importância da definição diagnóstica pela cinecoronariografia, são amplamente conhecidos.

Eficiência e controle

"Mas, diante de um arsenal terapêutico tão sofisticado e eficiente, as medidas preventivas ficaram relegadas a segundo plano, embaçadas pelas promoções comerciais dos grandes produtores de equipamentos", diz o médico. Por outro lado, o êxito dessas medidas preventivas, vai depender da comprovada relação causal entre os fatores determinantes da doença e da eficiência do controle desses fatores. "No caso das doenças coronarianas, cada vez mais se definem as relações entre os fatores de risco e a arteriosclerose coronária, principal responsável pelo infarto do miocárdio", explica. Observa-se ainda que há estreita relação entre o nível do colesterol plasmático e a doença coronariana. O estudo denominado MRFIT *(Multiple Risck Factor Intervention Trial)* desenvolvido junto a uma população de 356.220 indivíduos com idade entre 35 e 57 anos, durante seis anos, verificou que a relação entre o nível de colesterol no plasma e a mortalidade por doença coronariana é contínua e curvilínea em toda distribuição do colesterol plasmático. O risco de morte por doença coronária, segundo Paulo Afonso, já mostra crescimento com níveis plasmáticos de colesterol de 200mgs/dl e, com níveis progressivamente elevados de colesterol, se torna ainda maior.

Para ele há, comprovadamente, uma relação de causa e efeito entre os chamados fatores de risco e a doença coronária. Estudos realizados nos Estados Unidos revelam que a associação de diversos fatores de risco coronariano — como a hipercolesterolemia, a hipertensão, a curva glicêmica alterada e o hábito de fumar — eleva o risco de doenças coronárias a um índice de 60,2 por mil. Pesquisas realizadas pela *(American Health Association* (AHA), com base em relatórios da *Health Care Financing Review*, mostram que os Estados Unidos gastaram, em 1988, US$ 83,7 bilhões no tratamento de doenças cardiovasculares e US$ 36,8 bilhões só no tratamento de doenças coronarianas. No Brasil, nesse mesmo ano, foram gastos US$ 120 milhões com doenças cardiovasculares.

"Tanto lá como aqui, esses gastos seriam substancialmente reduzidos se existissem mais programas de prevenção de doenças cardiovasculares e, por extensão, se as pessoas atentassem mais para as medidas preventivas — controle da pressão arterial, do colesterol, e eliminassem o cigarro", alerta o cardiologista.

O serviço

No Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, o atendimento através do Programa de Prevenção do Infarto (PPI) é feito na área de Procedimentos Especializados no 2º andar do hospital. Para ser atendido, o interessado tem duas opções: primeira, deve dirigir-se à secretária de sua unidade ou instituto para que providencie o agendamento de sua consulta junto ao do PPI; segunda, munido de RG ou HC (cartão de consulta, caso já tenha aberto seu prontuário) dirigir-se à secretaria do PPI, com Rita de Cássia. Após a primeira consulta com o cardiologista, o interessado fará exames de sangue para medir o colesterol e um eletrocardiograma. Em seguida, é marcada nova data para retorno — dentro de no máximo quinze dias. Dependendo do caso, quando necessário, passará por alguns testes como o de esforço e o holter, entre outros. **(A.R.F.)**

Ensaio resgata a esquerda militar

Quartim mostra que Exército já teve diferentes matizes ideológicos.

Alguém imaginaria, em pleno século 19, as Forças Armadas apoiando um movimento com características semelhantes ao "programa histórico" da esquerda brasileira ao longo do século 20? Pode ser surpreendente, mas de fato aconteceu e está relatado no livro *A Esquerda militar no Brasil*, de João Quartim de Moraes, professor de filosofia política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Neste seu primeiro volume — que vai da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes —, Quartim explica que, no longo período da Monarquia, a carreira das armas era para o jovem sem fortuna nem padrinhos a mais importante via de acesso à vida pública do país, carente de universidades naquele período. "Os letrados eram quase todos amadores e raríssimos podiam viver da pluma ou do saber teórico". As carreiras existentes — as jurídicas notadamente — estavam submetidas, como todas as funções públicas no Brasil, à ditadura da oligarquia agrária, que controlava, de acordo com as suas conveniências, as autoridades policiais e judiciárias, dominando assim inteiramente a vida política do país na época, conforme ilustra o autor.

Isso explica por que, influenciados pelo positivismo de Augusto Comte, os militares de esquerda foram gradativamente assumindo posições importantes nas questões mais significativas do período — abolicionismo e republicanismo —, fato que os levou a confrontos políticos intermitentes nas décadas finais do século 19. As Forças Armadas, especialmente o Exército, encontraram no movimento de oposição jacobinista forte ressonância às suas idéias, introduzidas na instituição por Benjamin Constant, professor e militar. O jacobinismo trazia, em sua essência, "a defesa intransigente da soberania nacional, a proteção da indústria interna e a laicidade do Estado, a exemplo do que ocorre hoje com a esquerda no Brasil", conforme observa Quartim no primeiro livro de sua obra, projetada para três volumes. Através dos dois últimos — ainda em fase de preparação — ele pretende chegar às Forças Armadas dos dias de hoje.

Bem lastreado nos fatos históricos e com a mesma naturalidade de quem pesquisa qualquer outro tema das ciências sociais, Quartim descreve em seu livro a trajetória da esquerda nas Forças Armadas, sobretudo no Exército, sua origem com a "Questão militar" e o seu desaparecimento após a ascensão de Prudente de Morais, candidato da oligarquia agrária, à Presidência da República. Também o surgimento da direita dentro da instituição, a partir das reformas implementadas na época, mereceu do autor uma análise em contraponto. Quartim finaliza sua obra com a descrição bastante ilustrativa da guerrilha dos tenentes, um dos pontos altos do trabalho.

A "Questão militar"

A punição dos coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, em 1886, provocou uma reação tão forte entre os militares da época, liderados pelo marechal Deodoro, que o governo foi pressionado a retirar as sanções impostas e a demitir o então ministro da Guerra. Com isso o Exército saiu fortalecido da crise, assumindo uma posição à esquerda da cena política brasileira.

Apoiado por oficiais que logo se destacariam como os intelectuais da esquerda republicana, a exemplo do capitão Serzedelo Correia e do major Benjamin Constant, Deodoro assumiu a plataforma abolicionista e mais tarde proclamou a República. Da eleição à demissão de Deodoro, o confronto entre o presidente e o Congresso exasperou-se até o limite do choque armado.

Após um período de hostilidades com a oligarquia agrária de São Paulo, ele assumiu abertamente o papel de ditador: a 3 de novembro de 1891 dissolveu o Congresso e proclamou o estado de sítio. O episódio foi fatal para sua queda. Para ocupar a cadeira vaga, subiu à presidência o marechal Floriano Peixoto.

Exército x Oligarquia

Unido sob o comando de Floriano, o Exército chamou a si a defesa da República e da unidade nacional contra a chamada Revolução Federalista, aproximando-se da esquerda, agrupada em torno da bandeira jacobina. "Floriano não conseguiu, a despeito de o haver tentado por todos os meios legais, evitar a eleição do paulista Prudente de Morais, representante da oligarquia agrária. Floriano morre alguns meses depois de deixar a presidência", escreve Quartim. E prossegue: "O jacobinismo enquanto movimento político sobreviveu pouco tempo a ele: não mais que quatro anos, desaparecendo da cena política brasileira. Conseqüentemente, a esquerda, dentro e fora do Exército, foi se reagrupando sob novas bandeiras".

Sobre o positivismo, Quartim destaca a propagação das idéias de Benjamin Constant entre os oficiais e os cadetes da praia vermelha. "A concepção positivista da cidadania militar e a conseqüente rejeição da obediência passiva alimentaram a turbulência e a indisciplina engendradas desde a "Questão militar", e que perdurou durante toda a República velha (da proclamação ao tenentismo em 1922)", escreve.

Mas a eleição de Prudente de Morais acabou por alijar o Exército do poder político federal. Com isso os Estados mais poderosos, utilizando-se da autonomia que a Constituição de 1891 lhes outorgava, começaram a organizar verdadeiros exércitos provinciais. São Paulo não perdeu tempo. A Força Pública criada começou a receber um treinamento bélico especial proporcionado por uma missão militar francesa.

Essa situação incomodou sobretudo as Forças Armadas, que se consideravam desprestigiadas com o fato daqueles oficiais estrangeiros virem treinar uma força estadual em seu próprio país. Conseqüentemente, iniciou-se dentro do Exército um movimento visando à sua reforma. Este ganhou força com a designação para o cargo de ministro da Guerra do governo de Afonso Pena o marechal Hermes da Fonseca, que promoveu muitas reformas, até então idealizadas apenas no papel.

Os sucessos obtidos com as reformas estimularam os militantes a se organizarem como corrente, lançando em outubro de 1913 a revista *A defesa nacional*, em torno da qual iria se agrupar a primeira versão intelectual e politicamente consistente da direita militar no Brasil. O "grupo fundador" da revista compunha-se de 12 membros, em sua maioria retornados de um estágio junto ao Exército alemão.

Os jovens turcos — como logo foram apelidados — estavam tão certos de que a reforma do Exército tinha na reforma da Nação seu desdobramento lógico que, sistematicamente, em sua revista, reservavam o editorial para a crítica dos "espíritos liberais" por se insurgirem contra as intervenções militares na evolução social dos povos, relata Quartim, lembrando que eles se propunham a exercer a função de tutores de uma Nação que ainda engatinhava. Embora tenham influenciado a política com sua doutrina em defesa da oligarquia, nunca conseguiram chegar ao poder.

A esquerda ressurge

Interessado em quebrar a hegemonia política de São Paulo e de Minas, Pinheiro Machado, habilidoso político gaúcho, reativou a esquerda, elegendo o marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Nesse capítulo o autor desvenda os motivos que levaram o marechal a um retrocesso político: o interesse que motivou os militares que ajudaram a elegê-lo era o de estabelecer uma oposição à oligarquia rural, postura contrária à dissidência oligárquica, liderada por Pinheiro Machado.

Com isso, sucederam-se várias operações de guerra contra o poder local da aliança do café, ou contra as oligarquias estaduais vinculadas à aliança hegemônica de São Paulo e Minas Gerais. Esse episódio caracterizou a política salvacionista dos dois primeiros anos de governo de Hermes da Fonseca.

O próprio Pinheiro Machado, principal aliado civil do presidente e responsável pelo ocaso dos salvacionistas, acabou levando o governo a uma guinada para a direita. Mas, assassinado em setembro de 1915, Pinheiro Machado sepultou com ele a dissidência oligárquica de que fora o inspirador. A aliança do café acabou se recompondo com a eleição de Wenceslau Brás, candidato único à presidência da República na campanha de 1913.

O tenentismo

Um dos mais importantes episódios da história política brasileira, a guerrilha dos tenentes representou a reação da esquerda militar a uma ordem social discutível, imposta ao país pela oligarquia latifundiária. "Durante oito anos os tenentes constituíram a ponta-de-lança do combate anti-oligárquico no Brasil".

Para Quartim de Moraes, o "ensinamento mais útil desse exame da trajetória histórica da esquerda militar brasileira é o de que o predomínio das idéias de direita, hoje, nas Forças Armadas, não constitui um dado permanente, mas sim de uma derrota da esquerda em 1964". Até então, sua presença fora marcante entre os militares: com os positivistas que proclamaram a República após terem lutado pela Abolição, com os jacobinos que a consolidaram com Floriano Peixoto, os tenentes que sempre estiveram na vanguarda da luta contra a República oligárquica e os oficiais nacionalistas dos anos 50 que deixaram impressa sua trajetória na evolução política do país.

Se, a partir de 1964, os militares de esquerda se transformaram numa espécie em via de extinção, foi por terem sofrido um expurgo político-ideológico sem precedentes nas instituições armadas do Estado brasileiro, conclui Quartim. O autor acredita ainda que o desaparecimento da esquerda trará conseqüências graves: é necessário contrabalançar a direita, de presença marcante, hoje, nas Forças Armadas".

A evolução democrática do país, subordinando as Forças Armadas ao poder político legítimo (correspondente à expressão soberana da vontade popular), somada à mudança de mentalidade dos próprios militares (de rejeição à atitude de detentores do monopólio do patriotismo público) mais o isolamento da direita militar e a difusão da idéia do "cidadão-soldado" (aquele que representa o braço armado do povo) é o caminho proposto pelo autor para a evolução da consciência política dos militares. **(L.C.V.)**

O cientista político Quartim de Moraes: mapeando as esquerdas nos quartéis.

Excerto

Diálogo entre um tenente e um general durante uma assembléia promovida para protestar contra o fechamento do Clube Militar em julho de 1922.

Tenente Gwaier - ... Eu estou armado e não temo ameaças de quem quer que seja. Eu estou no meu direito.

General Setembrino - Devia ser cassada a palavra desse oficial.

Tenente Gwaier - Pois venha V.Excia. cassar (A maioria: Muito bem !)

General Setembrino - Eu lhe repilo como homem.

Tenente Gwaier - V.Excia. já teve ocasião de repelir alguém a não ser como homem? Eu não tive, graças a Deus. (Gargalhadas)...

A ciência a serviço da história

Legistas da Unicamp identificam ossadas de desaparecidos políticos nos anos 70.

Depois de coordenar a investigação científica de casos que se tornaram famosos — como o crime da rua Cuba, em São Paulo, e a apuração da morte do seringalista Chico Mendes, no ano passado —, a equipe de peritos do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp conseguiu revelar a identidade de três vítimas da repressão política no Brasil.

Desaparecidos desde o começo dos anos 70, as ossadas de Sônia Maria Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana, da Ação Libertadora Nacional (ALN), mortos em dezembro de 1973, foram exumadas em 23 de março deste ano, numa vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus. Dênis Casemiro, militante da organização de extrema-esquerda da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), morto em abril de 1971, foi o primeiro a ser identificado entre as 1.049 ossadas descobertas em setembro do ano passado e enviadas à perícia da Unicamp em dezembro.

Ao contrário de Bicalho, Sônia havia sido enterrada com o nome falso de Esmeralda Siqueira Aguiar. A identificação de Dênis, Sônia e Bicalho foi feita pelos legistas da Unicamp através de uma técnica de sobreposição de imagens a partir da integração de vídeo e computador. Através desses equipamentos, a equipe chefiada por Badan Palhares pôde desenvolver um método capaz de confrontar as fotos disponíveis em álbuns de famílias com as dos crânios das ossadas.

"A imagem do crânio é sobreposta a uma fotografia com a qual tentamos descobrir pontos coincidentes", explica Badan. Segundo ele, para o resulltado ser considerado positivo, sem qualquer margem de erro, são necessários no mínimo seis pontos comuns entre a foto e o crânio. No caso de Sônia e Bicalho, os peritos da Unicamp também contaram com informações de laudos produzidos em 1983 pelo Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo. A esses dados juntaram-se ainda informações fornecidas por familiares, como características da arcada dentária, tipo sangüíneo e eventuais ferimentos. "Ficamos sabendo, por exemplo, que Bicalho fora baleado na perna algum tempo antes de morrer", conta Badan Palhares, acrescentando que o exame dos ossos permitiu localizar também esse ferimento.

Emoção

O reconhecimento de Dênis Casemiro foi facilitado por uma circunstância muito especial: ele não possuía dentes na arcada superior. Para a identificação de Casemiro, usando o mesmo processo de sobreposição de imagens, Palhares e equipe contaram com o auxílio de um computador onde foram armazenados todos os detalhes sobre as 268 ossadas estudadas nos últimos seis meses. Informados pela família de Casemiro de que lhe faltavam os dentes superiores, os peritos procuraram um crânio com essa característica. Localizado o crânio, foram realizados testes de superposição de imagens, que, segundo Badan, "apresentaram mais de seis pontos coincidentes".

As 1049 ossadas recolhidas em Perus foram, segundo o perito, divididas em cinco grupos, levando-se em conta seu estado de conservação. No primeiro grupo foram incluídas 380 ossadas que possuem um nível de preservação considerado bom para o trabalho dos peritos. Em outras 200, apenas parte dos ossos está razoavelmente preservada. As 400 ossadas restantes apresentam os ossos da face e do crânio deteriorados. Ele pretende utilizar, conforme relata, recursos da engenharia genética para analisar as ossadas.

A revelação dos laudos foi acompanhada pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, pelo reitor da Unicamp, Carlos Vogt, pelo secretário de Segurança Pública estadual, Pedro Franco de Campos, por representantes da Anistia Internacional, entidades defensoras dos direitos humanos e pelos pais de Sônia Angel, o coronel da reserva do exército João Luiz de Moraes e sua esposa Cléa Lopes de Moraes.

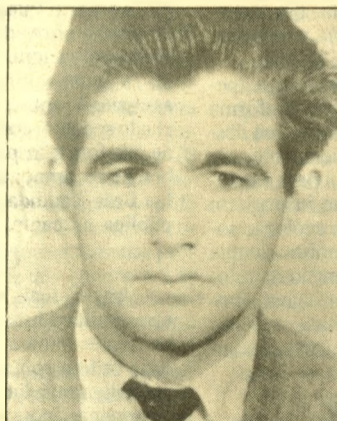
Em nome de outros familiares de desaparecidos, o coronel Moraes fez um emocionado discurso, recordando as dificuldades enfrentadas ao longo das diversas e frustradas tentativas de localizar o corpo de Sônia. "Ninguém pode avaliar o que foram esses 18 anos de lutas, nas condições mais adversas, com a emoção crescente em cada etapa, com a dor pela perda da filha maravilhosa. Dezoito anos de tortura, mágoas, sofrimento, incertezas e dúvidas, muitas dúvidas", diz ele, para, mais adiante, dirigir-se à própria filha morta: "Infelizmente, Soninha, os militares que a torturaram e assassinaram continuam impunes e assegurando a impunidade de todos os que com eles colaboraram". **(A.R.F.)**

O legista Badan Palhares demonstra suas técnicas de identificação num telão.

Desaparecidos integravam organizações de esquerda

A professora Sônia Maria de Moraes Angel Jones morreu em 1973, aos 27 anos, vítima de torturas nos Doi-Codi do Rio e de São Paulo. Foi presa em dezembro de 1973, junto com Antonio Bicalho, em São Vicente, São Paulo, torturada, morta com dois tiros na cabeça e enterrada clandestinamente no Cemitério Dom Bosco. Segundo seus pais, Sônia sofria muito na época com a morte de seu marido, Stuart Edgard Angel Jones, assassinado em maio de 1971, por ter sido forçado a aspirar gases tóxicos com a boca presa ao cano de descarga de um jipe em movimento, e arrastado por mais de uma hora na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Ambos eram militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Antonio Carlos Bicalho Lana, era dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Mineiro de Ouro Preto, escapou ferido em 1972, com três ferimentos de tiro, de uma investida do Doi-Codi, quando morreram os militantes Iury Xavier Pereira, Marcos Nonato Fonseca e Ana Maria Nacionovic Correia. Após ser transferido para São Paulo, acabou assassinado com dois tiros na cabeça no dia 3 ou 4 de dezembro. Os laudos assinados pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha descrevem as trajetórias das balas, mas não mensionam as torturas.

Dênis Casemiro foi preso no final de abril de 1971 pelo delegado Sérgio Fleury, no sul do Pará, onde cuidava de um sítio. Paulista, Dênis era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ficou preso e foi torturado no Dops por quase um mês. Pouco antes de ser assassinado, em 18 de abril, foi reconhecido por seus companheiros presos. Um deles era Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, que conversou com ele durante alguns minutos. Relatórios internos do Dops afirmam que Dênis foi fuzilado pelo próprio delegado Fleury. O mesmo documento descreve a tentativa de fuga e os tiros pelas costas desferidos pelo policial. Dênis foi enterrado secretamente com os dados pessoais alterados para dificultar sua identidade. Morreu aos 28 anos e enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus. **(A.R.F.)**

Dênis Casemiro.

Sônia Maria de Moraes Angel.

Antônio Carlos Bicalho Lana.

Livro didático levanta discussão

Educadores acham que critérios de leitura nas escolas precisam ser revistos.

Cartilhas e livros didáticos adotados nas pré-escolas e escolas de 1º e 2º graus precisam urgentemente passar por uma profunda revisão. As razões para isso são numerosas. A mais importante delas: a maioria das obras didáticas voltadas para a alfabetização da criança é elaborada e utilizada sem critérios e totalmente inadequada à finalidade a que se destina.

Para a professora Ana Luiza Smolka, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, que há anos trabalha com a questão do pensamento e da linguagem da criança na fase escolar, apesar dos avanços e contribuições na área, investigar e analisar os processos de leitura continua sendo uma tarefa complexa. "Sobretudo se considerarmos a dinâmica da sociedade letrada em que vivemos e a diversidade de funções que a forma da escrita de linguagem vai, cada vez mais, adquirindo e ampliando", diz ela.

A pesquisadora, que coordenou um segmento sobre "Leitura na pré-escola e séries iniciais" no 8º Congresso de Leitura do Brasil (Cole), realizado de 23 a 26 de julho na Unicamp, ressalta que a leitura — e a literatura, por conseqüência — utilizada nessa fase escolar sempre gerou polêmica. A cartilha, assim como a maioria dos livros didáticos, há vinte anos vem sendo objeto de acirradas críticas. Apesar disso, ainda não se chegou a um modelo padrão, capaz de cumprir seu papel de maneira eficiente.

Sem critérios

Na década de 70 houve um extraordinário incremento na produção de histórias destinadas às crianças, culminando, na década seguinte, com uma verdadeira explosão na produção de literatura infantil (destinada a crianças até 9/10 anos de idade), infanto-juvenil (para o público entre 10/11 anos até 13/14 anos) e juvenil (para adolescentes a partir de 14/15 anos). Verificou-se ainda que, com o incentivo do Ministério da Educação e Cultura (Mec) e de empresas particulares, era também vasto o número de publicações de livros sobre a literatura infantil e infanto-juvenil.

Os professores Eduardo Guimarães e Ezequiel Teodoro na abertura do Cole.

Senso crítico

Na época, havia até uma palavra de ordem a respeito: "É importante ler, não importa o quê". Apesar de aparentemente positivo, o slogan gerou ainda mais polêmica entre dirigentes de escolas, educadores, órgãos oficiais do governo e a Fundação para o Livro Escolar, de São Paulo. Segundo Ana Luiza, debatia-se sobre o que era considerado viável ounão como produto de leitura destinado às crianças, discutia-se o que produzir e de que forma produzir para esse público específico e quem devia decidir sobre e quais critérios deveriam ser adotados para a elaboração de obras adequadas para a criança.

Excetuando-se os livros — didáticos ou de literatura — que mecanismos deveriam ser usados para despertar na criança o hábito pela leitura? A resposta poderia até ser simples não fosse o Brasil um país com aproximadamente 32 milhões de analfabetos, e onde há professores de séries iniciais que não leram sequer um livro de literatura. No entanto, é possível detectar mecanismos que podem muito bem estimular a criança a aprender a ler, de forma que consiga adquirir o gosto pela leitura e, por conclusão, desenvolver o seu raciocínio e seu senso crítico.

Ana Luiza conclui que tudo pode servir de objeto de ensino e valorização da leitura. O mundo real dos anúncios luminosos, dos *out-doors*, dos invólucros de embalagem e dos classificados dos jornais, sem falar na dinâmica dos letreiros de televisão, pode muito bem conduzir a um processo rápido de aprendizado da leitura. Tanto melhor se contar com uma boa orientação. **(A.R.F.)**

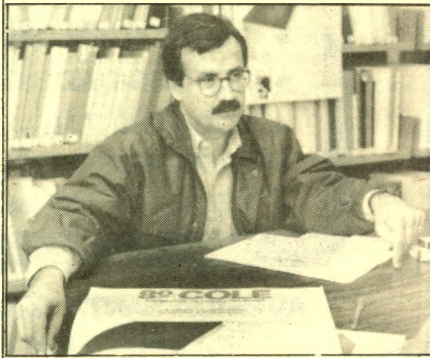
Congresso discutiu leitura e cidadania

Durante quatro dias, entre 23 e 26 de julho, cerca de quatro mil pessoas participaram das atividades do 8º Congresso de Leitura do Brasil (Cole), realizado no Ginásio Multidisciplinar e na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Promovido pela Associação de Leitura do Brasil (ALB), Faculdade de Educação da Universidade e Secretaria de Cultura de Campinas, o congresso realizou, além de conferências com destacados especialistas da área, 22 oficinas de texto e leitura e mais de 80 eventos paralelos, configurando-se no mais importante evento do setor.

O tema do 8º Cole — "Leitura: autonomia, trabalho e cidadania" — segundo o professor Ezequiel Theodoro da Silva, presidente da ALB e coordenador geral do congresso, "foi oportuno e significativo, mesmo porque a qualidade do ensino escolar depende fundamentalmente da constante formação e atualização dos professores".

Centrado em questões relacionadas à leitura do professorado brasileiro, o congresso buscou, entre outros temas, debater os rumos da leitura numa sociedade onde convivem diferentes veículos de comunicação e de diferentes linguagens. Procurou-se também analisar as condições para a produção da leitura no âmbito do magistério, incluindo questões relacionadas com o acesso e a disponibilidade de materiais eficazes para a atualização contínua do professor.

De acordo com a análise de Theodoro da Silva, a leitura do professor de 1º e 2º graus restringe-se hoje quase unicamente ao livro didático, o que, de certa forma, substitui a autonomia e a voz do próprio professor. "O livro didático é uma espécie de muleta que transforma o professor numa figura apática e acomodada", afirma. "Enquanto não se pensar com mais profundidade no professor enquanto sujeito no ato de ensinar, o ensino vai continuar no mesmo estágio em que se encontra atualmente", conclui.

Nas últimas três décadas, segundo o coordenador geral do Cole, a opressão vivida pelos professores de 1º e 2º graus vem dificultando de modo violento o acesso às diferentes fontes de conhecimento. A sobrecarga de aulas, a inexistência de bibliotecas nas escolas e o preço do livro são os principais fatores que afetam negativamente a construção de repertórios atualizados de leitura e conhecimento. "Na ausência de tais repertórios, levanta-se o império dos livros didáticos, propõem-se currículos escolares já defasados no tempo e firma-se o pacto da mediocridade durante as aulas, em substituição a relações pedagógicas concretas e significativas", explica Ezequiel. **(A.R.F.)**

Ezequiel: leitura, trabalho e cidadania.

Projeto resgata bibliografia

Professores da Unicamp mapeiam literatura crítica sobre o didático.

A controvertida história do livro didático brasileiro não vem de hoje. Contra ele já se rebelaram, cada qual a seu modo, Raul Pompéia, Graciliano Ramos e até Rui Barbosa. No entanto, ao que parece, o livro didático, assim como toda a política que envolve a sua elaboração, distribuição e consumo, continua sendo um produto sob suspeição. Não apenas por parte de professores do ensino público mas também por educadores e pesquisadores da educação em geral. Como o professor Hilário Fracalanza, professor do Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, para quem o livro didático é uma "espécie de muleta para a maioria dos docentes".

Responsável pela coordenação dos trabalhos sobre "Produção, circulação e consumo de livros didáticos" durante o Cole, Hilário garante que é flagrante e patente a insatisfação dos professores de 1º e 2º graus com os livros didáticos que são obrigados a adotar em suas escolas. "Acontece, porém, que nem sempre sabem dizer por que não gostam dessa ou daquela obra; falta-lhes, muitas vezes, bagagem cultural suficiente para opinar ou apontar falhas, seja na obra ou com relação ao próprio ensino", avalia o pesquisador.

Hilário: insatisfação com o didático.

Mas que estranhos fatores levam o professor brasileiro a comportar-se de modo tão apático diante do quadro caótico em que se transformou o livro didático? Segundo Hilário, isso é basicamente resultado das precárias condições de trabalho em que vive hoje o professorado brasileiro: baixos salários, má formação, sobrecarga de aulas, alto preço dos livros e falta de condições e estímulos para atualizar-se. É exatamente esse conjunto de coisas que faz com que o professor se atenha cada vez mais ao livro didático e, por conseqüência, se distancie das diferentes fontes de conhecimento, como o livro de literatura, por exemplo.

Resgate

Há aproximadamente quatro anos um grupo de pesquisadores da Unicamp iniciou o "Projeto Material Didático", com o objetivo de, numa primeira fase, resgatar documentos (livros, teses, artigos, comunicados em congressos) que tivessem o livro didático brasileiro como objeto de estudo ou a ele fizessem referência. "Somente dessa forma é que seria possível redefinir as políticas públicas com relação ao livro didático, evitar desperdícios e garantir maior eficiência no encaminhamento de soluções adequadas para o problema", diz Hilário.

A análise descritiva e o resumo dos documentos levantados pelo Projeto culminaram com a elaboração de um catálogo analítico, editado pela Editora da Unicamp sob o título *O que sabemos sobre o livro didático*. Esse catálogo está à disposição de todos os professores de pré-escolas e escolas de 1º e 2º graus na Biblioteca Central da Universidade, e já foi distribuído para todas as universidades brasileiras — particulares, públicas ou confessionais —, além das escolas de 3º grau que mantêm cursos de licenciatura no Estado.

Mais do que um simples compêndio de informações gerais sobre o livro didático, esse Catálogo tem servido como um importante instrumento "na luta pela melhoria da qualidade do trabalho pedagógico do professor brasileiro", assinala Hilário. O catálogo é especialmente dedicado aos professores de 1º e 2º graus, visando a auxiliá-los na análise crítica dos manuais escolares. Por isso está organizado conforme as diversas áreas do currículo escolar e contém informações básicas sobre os documentos (teses, pesquisas, artigos, livros) que se referem ao livro didático no Brasil. Além disso, apresenta os dados de identificação (autor, título, local, data de publicação etc) e resumo de cada um dos 426 documentos. **(A.R.F.)**

Aventuras do escritor brasileiro

Interrompeu-se nos anos 80 sonho de profissionalização da geração de 70.

O que Euclides da Cunha diz do sertanejo aplica-se ao escritor brasileiro: ele é antes de tudo um forte. Voluntarioso, estóico, persistente. E mal remunerado. O que não o impede de continuar escrevendo.

A constatação é da professora Tânia Maria Piacentini, em sua dissertação de mestrado defendida recentemente na Unicamp, e que resultou no livro *Literatura: o universo brasileiro por trás dos livros* . Em seu livro, a pesquisadora, formada em letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), revela de que maneira se materializa o texto literário, em que condições trabalha um ficcionista até chegar a seu produto final — o livro.

Para o desenvolvimento de seu trabalho, Tânia analisou o depoimento de doze escritores brasileiros, de diferentes regiões do país e cada qual com uma visão peculiar do processo de criação literária. A pesquisadora limitou seu campo de ação a ficcionistas brasileiros que publicaram obras ao longo da década de 70, período em que, comprovadamente, se editou a maior quantidade de livros de ficção — romances, novelas e principalmente contos. Um time de escritores que sonharam com a profissionalização do ofício, de forma a que pudessem viver única e exclusivamente de literatura. Entre estes estão João Antonio, Moacyr Scliar, Antonio Torres, Modesto Carone, Rubem Mauro Machado, Elias José, Holdemar Menezes, Tânia Faillacce, Domingos Pellegrini Jr., Herberto Salles, Deonísio da Silva e Antonio Carlos Villaça, que são os protagonistas do trabalho de Tânia.

Para realizar sua pesquisa, Tânia Maria enviou questionários a 60 escritores,

Tânia, Elias José e Scliar: autores em foco.

dos quais doze responderam. A cada um ela fez uma série de perguntas, tendo como eixo quatro situações ou relacionamentos básicos com os quais o escritor está envolvido: as condições de sua atividade literária, sua relação com os editores e com o mercado editorial, os espaços e meios de circulação de suas obras e o significado do ato de escrever.

Não se limitou, no entanto, ao universo criativo do escritor entrevistado. Foi mais além, questionando o papel do editor em relação ao trabalho intelectual, de que modo o mercado livreiro afeta a atividade literária, o impacto e a influência da crítica sobre a escrita dos escritores em geral. Descobriu coisas surpreendentes. "Alguns depoimentos", diz ela, "confirmam denúncias feitas nos anos sessenta por Osman Lins, sobre a caótica situação editorial no país, provocada, evidentemente, por questões crônicas e já conhecidas, como a baixa remuneração do autor, a má distribuição e difusão das obras etc." De lá para cá pouca coisa mudou, diz ela. Segundo pôde avaliar a partir dos depoimentos prestados, tudo isso configura uma situação até constrangedora para o escritor brasileiro. Apesar dos avanços tecnológicos em todas as áreas, o mercado de trabalho do escritor continua de alcance restrito, com pouca ou nenhuma ressonância junto ao público. "Constata-se, por exemplo, que o livro, principalmente o livro de literatura, ainda é um luxo entre nós. Um luxo econômico, porque os salários da maioria da população são baixos. Um luxo social, porque a leitura pede tempo e disponibilidade, coisas que a maioria não encontra dadas suas condições de trabalho, transporte e moradia. Um luxo cultural, porque a maior parte das pessoas não foi preparada para a leitura, que exige aprendizagem, pedagogia e disponibilidade de meios", esclarece a pesquisadora.

Com isso, o sonho daqueles escritores de se tornarem profissionais no verdadeiro sentido do termo acabou de fato não passando de apenas um sonho. A maioria deles, principalmente os mais novos — como Antonio Torres, Moacyr Scliar, Deonísio da Silva, Elias José e Domingos Pellegrini Jr. — não teve outra alternativa senão a de continuarem atuando em atividades paralelas. Principalmente a publicidade e o jornalismo.

Nova história

"O mercado da literatura, por diversos motivos, não possibilitou a independência financeira desses escritores", analisa a pesquisadora. No Brasil de hoje poucos são os autores que vivem unicamente dos textos literários que produzem. Jorge Amado, Marcos Rey, João Ubaldo Ribeiro (que acaba de ver lançado o seu *Viva o povo brasileiro* (com uma tiragem de 100 mil exemplares) na Suécia, e mais um ou outro, são as grandes exceções. João Antonio, um dos autores brasileiros mais editados no exterior nos últimos anos, não consegue viver da venda de seus livros. Apesar de não recusar um só convite para palestras em instituições culturais e de ensino, ainda é obrigado a fazer *free-lancer* para jornais e revistas, e mesmo assim, segundo Tânia, "leva uma vida bastante modesta".

Apesar do romantismo e do espírito quase aventureiro do novo escritor nacional, "essa visão de herói está sendo substituída por outra mais realista, onde se sobressaem aspectos que caracterizam uma atividade desenvolvida por vezes profissionalmente", observa. Para Jorge Amado, continua a haver no país tendências latentes à profissionalização da atividade literária. Ele próprio é o exemplo mais acabado dessa possibilidade. Talvez seja esperança o que leva o escritor brasileiro a persistir mesmo em condições absolutamente adversas, o que remete à velha pergunta: por que se escreve? "Muitas vezes é pelo simples prazer de trabalhar uma nova história, a satisfação de se sentir engajado no mundo, de fazer parte do círculo de influência na vida política e cultural do país", assegura a pesquisadora. Ou, como diz Modesto Carone: "Escrever hoje, no Brasil, é uma aventura; para mim, é uma aventura que pode ter resultados sociais a longo prazo; em termos pessoais, não a dispenso mais". **(A.R.F.)**

ENCONTROS

Pedagogia do movimento — O Departamento de Fundamentos Psico-sociais na Educação Física da Faculdade de Educação Física da Unicamp promove em agosto duas palestras com o professor alemão Reiner Hildebrandt, titular em ciência do esporte da Universidade de Luneburg. A primeira palestra intitulada "Momento cultural" acontecerá dia 14, às 17 horas, no Salão Vermelho da Prefeitura de Campinas. Dia 19, às 9 horas, ele participa do 1º Encontro sobre pedagogia do movimento: diferentes concepções. Inscrições e informações pelo telefone (0192) 39-7550.

Saúde mental — Pesquisadores dos Departamentos de Medicina Preventiva e Social e de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp estarão participando do 1º Encontro de grupanálise, psicoterapia de grupo e saúde mental de língua portuguesa, a ser realizado de 16 a 18 de agosto no Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo. Esse encontro será realizado simultaneamente com o 1º Encontro luso-americano de psicoterapia analítica de grupo e 1º Encontro luso-brasileiro de saúde mental.

TESES

Engenharia de Alimentos

"Identificação da estrutura e estudo da estabilidade das antocianinas extraídas da inflorescência de capim Gordura (Mellinis Minutiflora pal de beau)" (doutorado). Candidato: Paulo César Stringheta. Orientador: professor Paulo Anna Bobbio. Dia: 12 de julho.

Engenharia Elétrica

"Segurança de funcionamento de sistemas quanto ao aspecto de concepção" (doutorado). Candidata: Marta Rettelbusch de Bastos Martini. Orientador: professor Jorge Moreira de Souza. Dia: 1 de julho.

"Projeto, estudo e construção de uma nova topologia de fonte de corrente de alto desempenho para alimentação de magnetos" (doutorado). Candidato: José Antenor Pomilio. Orientador: professor Daniel Wisnivestki. Dia: 4 de julho.

"Encaminhamento de chamadas telefônicas: modelamento e simulação" (mestrado). Candidato: Amaury Kruel Budri. Orientador: professor: Ivanil Sebastião Bonatti. Dia: 5 de julho.

"Desenvolvimento de uma bomba de infusão lenta de drogas (peristálticarotativa)"(mestrado). Candidato: Celso Gattei. Orientadora: professora Maria Adelia Collier Farias. Dia: 5 de julho.

"Medidor de diâmetro a laser" (mestrado). Candidato: Waldomiro Nogueira dos Santos. Orientador: professor Oséas Valente de Avilez Filho. Dia: 9 de julho.

"Otimização da operação energética do sistema hidroelétrico do Rio Iguaçu (mestrado). Candidato: Luiz Roberto Morgenstern Ferreira. Orientador: professor Christiano Lyra Filho. Dia: 12 de julho.

"Um sistema baseado em conhecimento para dimensionamento e configuração de centrais telefônicas CPA-T" (mestrado). Candidata: Laura Fazano. Orientador: professor Fernando Antonio Campos Gomide. Dia: 22 de julho.

"Desenvolvimento de um instrumento para avaliar funções cardíacas: unidade de condicionamento" (mestrado). Candidato: Ícaro Frederico Bellentani. Orientador: professora Maria Adélia Collier Farias. Dia: 23 de julho.

"Desenvolvimento e implementação de um transformador com relação de transformação complexa variável — "phasor controller" (doutorado). Candidato: José Policarpo Gonçalves de Abreu. Orientador: professor Mauro Sérgio Miskulin. Dia: 26 de julho.

"Critérios potenciais usos: uma contribuição ao teste estrutural de software" (doutorado). Candidato: José Carlos Maldonado. Orientador: professor Mário Jino. Dia: 30 de julho.

Engenharia Mecânica

"Obtenção de estruturas reofundidas no aço ferramenta M-2" (mestrado). Candidato: Edson Roberto Cau. Orientadora: professora Maria Helena Robert. Dia: 12 de julho.

"Desenvolvimento de processo para a obtenção de pastas reofundidas de metais e ligas não ferrosas" (mestrado). Candidato: Luiz Antonio Galhego Thibes. Orientadora: professora Maria Helena Robert. Dia: 12 de julho.

"Características de usinagem vistas sob o ponto de vista econômico" (doutorado). Candidato: Roberval Reymer da Silva Carvalho. Orientador: professor Dino Ferraresi. Dia: 19 de julho.

"Uma linguagem para programação off-line de robôs" (mestrado). Candidato: André Medeleck. Orientador: professor Douglas Eduardo Zampieri. Dia: 22 de julho.

"Estudo da secagem em ciclones" (doutorado). Candidata: Maria Aparecida Silva. Orientadora: professora Silvia Azucena Nebra de Pérez. Dia: 26 de julho.

Engenharia de Petróleo

"Simulador composicional de reservatórios com formulação implícita em pressão e saturações e semi implícita em composições" (mestrado). Candidato: Celso César Moreira Branco. Orientador: professor Fernando Rodrigues de La Garza. Dia: 19 de julho.

Engenharia Química

"Escoamento radial de fluídos não newtonianos em meios porosos" (mestrado). Candidato: Paulo de Tarso Vieira e Rosa. Orientador: professor Cesar Costapinto Santana. Dia: 22 de julho.

"Estudo experimental do escoamento de fluídos não-newtonianos em meios porosos não consolidados" (mestrado). Candidato: Luiz Flávio Martins Zorzetto. Orientador: professor Cesar Costapinto Santana. Dia: 25 de julho.

Geociências

"Estudo das mineralizações auríferas filonianas da região da cidade de Diamantina" (mestrado). Candidato: Francisco Rogério de Abreu. Orientador: professor Alonso Schrank. Dia: 12 de julho.

Humanas

"Uma reconstrução lógica da segunda antinomia da razão pura" (mestrado). Candidato: Silvio José Mota Pinto. Orientador: professor Zellko Loparic. Dia: 29 de julho.

Lingüística

"A língua geral amazônica: Aspectos de sua fonêmica" (mestrado). Candidato: Luiz Carlos Borges. Orientador: professor Ayron Dall'Igna Rodrigues. Dia: 26 de junho.

"Os delimitadores no português falado no Brasil" (mestrado). Candidata: Célia Maria Moraes de Castilho. Orientador: professor Ataliba Teixeira de Castilho. Dia: 28 de junho.

"Os rapazes D'Onda e outros rapazes: modernismo, técnica e modernidade na província paulista (1921-1925)" (mestrado). Candidato: Eustáquio Teixeira Gomes. Orientadora: professora Berta Waldman. Dia: 28 de junho.

Matemática

"Sistema de operações em álgebra relacional não-normalizada" (mestrado). Candidata: Hilda Carvalho de Oliveira. Orientadora: professora Cláudia Maria Bauzer Medeiros. Dia: 8 de julho.

"Esferas mínimas em variedades riemanianas" (mestrado). Candidato: José Kenedy Martins. Orientador: professor Caio José Colletti. Dia: 9 de julho.

"Programação em lógica, prolog e restrições: poder de expressão vs. eficiência" (mestrado). Candidato: Paulo Gomide Cohn. Orientador: professor Antonio Eduardo Costa Pereira. Dia: 18 de julho.

"Unidades de corpos abelianos" (doutorado). Candidato: Trajano Pires da Nóbrega Neto. Orientador: professor Francisco Thaine Prada. Dia: 18 de julho.

"Análise de dados multivariados através de técnicas baseadas na decomposição em valores singulares" (mestrado). Candidata: Rita Helena Antonelli Cardoso. Orientador: professor José Ferreira de Carvalho. Dia: 19 de julho.

"Ideais primos essenciais em anéis com V-multiplicação" (mestrado). Candidato: João Montenegro de Miranda. Orientador: professor Gervásio Gurgel Bastos. Dia: 19 de julho.

"Comparação de matrizes de dependência e codependência" (mestrado). Candidata: Cibele Queiroz da Silva. Orientador: professor José Antonio Cordeiro. Dia: 30 de julho.

Medicina

"Os sentidos do sintoma (psicanálise e gastroenterologia)" (doutorado). Candidato: Paulo Roberto de Souza. Orientador: professor Antonio Frederico Novaes Magalhães. Dia: 11 de julho.

"Estudo do tratamento da tuberculose na rede pública do município de Campinas" (mestrado). Candidata: Helenice Bosco de Oliveira. Orientador: professor Luiz Jacintho da Silva. Dia: 24 de julho.

"Gestação da mulher de 40 anos ou mais. É apenas a idade responsável pelo maior risco materno e perinatal?" (mestrado). Candidato: José Guilherme Cecatti. Orientador: professor Anibal Eusebio F. Lathan. Dia: 26 de julho.

Química

"Oxidação de cicloexano pelo sistema Gif: sobre oxidação e influência dos ligantes" (mestrado). Candidato: Estevem Vitório Spinacé. Orientador: professor Uf Friedrich Schuchardt. Dia: 18 de julho.

"Desoxigenação de metanol com monóxido de carbono catalisada por compostos de metais de transição" (mestrado). Candidato: Rochel Monteiro Lago. Orientador: professor Ulf Friedrich Schuchardt. Dia: 19 de julho.

Era uma vez, em outubro de 81

Até fábulas refletiam crise institucional da Unicamp.

Assembléia histórica realizada no Ciclo Básico da Unicamp em 19 de abril de 1981.

A celebração dos 25 anos da Unicamp, contados a partir da instalação de sua pedra fundamental em 5 de outubro de 1966, levanta uma vasta cortina de fatos importantes, quase épicos, alguns já dourados pela passagem do tempo. Nem todos, porém, de alegre memória. Em outubro de 1981, quando a Universidade completava 15 anos, seus alicerces foram sacudidos por grave crise institucional, levando muita gente a acreditar, na época, que ela havia chegado ao limite de sua resistência. "A agonia da Unicamp", assim dizia um título da *Folha de S. Paulo*, no início de novembro daquele ano.

O quadro era, de fato, estarrecedor. Em menos de uma semana o então Conselho Diretor — órgão de deliberação máxima da Universidade, hoje Conselho Universitário — teve sua composição alterada duas vezes, com oito membros exonerados de suas funções e substituídos, no nível das unidades onde eram diretores, por interventores nomeados pelo governador do Estado, na época Paulo Maluf. Ferida em seus brios, a comunidade de professores, alunos e funcionários mobilizou-se e, numa atmosfera de alta turbulência, assim atravessou os meses finais do ano.

Os fatores que motivaram a crise eram institucionais, mas seu fundo era político: visava a escolha do reitor que substituiria o médico Plínio Alves de Moraes, em abril do ano seguinte. Era natural que a batalha se desencadeasse primeiro no âmbito do Conselho, onde em breve se prepararia a lista oficial de candidatos a ser enviada ao governador, que dali extrairia o nome do novo reitor.

Há quem localize o início da crise no período imediatamente posterior à morte do professor Zeferino Vaz (fevereiro de 1981), fundador e reitor *pro-tempore* da Unicamp de 1966 a 1978. Mesmo já não ocupando a Reitoria havia três anos, Zeferino funcionava como uma força moral ainda capaz de apaziguar os ânimos e compensar as lacunas institucionais evidentes, já que a Unicamp se regulava por um estatuto emprestado à USP e tinha um regimento que não correspondia às realidades de sua evolução interna. No caso do estatuto, era como um terno de corte inadequado ao perfil do jovem que crescia e ansiava por ajustar suas leis a uma cultura nova e específica.

Outros, como o professor Eduardo Chaves -- autor de um trabalho intitulado "As crises da Unicamp na gestão do atual reitor", de novembro de 1981 —, são de opinião que as raízes da grande crise podem ser encontradas no segundo semestre de 79, quando o reitor Plínio Alves estabeleceu um quadro de atribuições igualitárias para os coordenadores gerais (hoje pró-reitores) em detrimento da margem de atuação do coordenador geral da Universidade, Paulo Gomes Romeo. Romeo, um presumível candidato na linha de sucessão de Plínio, licenciou-se imediatamente e só retornou ao cargo com a revogação do ato, em abril de 1980. Os jornais chegavam a noticiar, na época, que a liberação de verbas à Universidade estava condicionada à exoneração dos dois outros coordenadores do "colegiado" constituído por Plínio. De fato, esses coordenadores — Paulo Anna Bobbio e José Merzel — foram exonerados e substituídos logo em seguida.

Seja como for, os sintomas de que a crise era mais profunda só se mostraram mesmo em 15 de setembro de 1981, quando, em meio aos debates comunitários com os presumíveis candidatos — 17 ao todo — à eleição do novo reitor, o Conselho Diretor votou pelo reconhecimento da lista sêxtupla indicativa que seria preparada pela comunidade interna. O governo reagiu didaticamente, substituindo seus seis representantes no Conselho e incluindo, entre os novos conselheiros, o secretário da Educação, Luís Ferreira Martins, sobre quem se dizia que também desejava ser reitor da Unicamp (Ferreira negava).

Mas o impasse persistia e, em meados de outubro, a Universidade presenciou, atônita, a série de episódios que culminaria com o lance final da intervenção. Pressionado internamente para reconhecer as aspirações da comunidade, e pelo governo para "pôr a casa em ordem", Plínio solicitou ao Conselho Estadual de Educação um parecer acerca da decisão do Conselho Diretor da Unicamp e, de resto, acerca da titularidade necessária para o exercício de direção de unidades universitárias (institutos ou faculdades). O parecer chegou no dia 16, alegando que a consulta interna não tinha qualquer valor normativo — além de "ferir preceitos legais, estatutários e regimentais" — e que só podiam ser diretores os professores titulares concursados ou que houvessem sido estabilizados pela Constituição de 1967.

Por esse critério, oito dos 17 diretores de unidades da Unicamp estariam em situação irregular, apesar de terem sido nomeados pelo próprio reitor para mandatos de quatro anos. No dia seguinte, numa sexta-feira, Plínio mandou publicar no Diário Oficial do Estado a exoneração de todo o grupo. Assim, deixavam instantaneamente de ter assento no Conselho os diretores Maurício Prates (Faculdade de Engenharia), Carlos Franchi (Instituto de Estudos da Linguagem), Aécio Pereira Chagas (Instituto de Química), André Villa-Lobos (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Ayda Ignez Arruda (Instituto de Matemática), Carlos Argüello (Instituto de Física), Yaro Burian (Instituto de Artes) e Eduardo Chaves (Faculdade de Educação).

Para substituí-los o reitor nomeou interventores convidados à última hora, em sua maioria provenientes dos quadros da Universidade de São Paulo. Eram os seguintes: Antônio Soares Amora, para o Instituto da Linguagem; Eduardo Corona para a Engenharia; Frederico Pimentel para a Matemática; Eduardo Daruge para a Educação; Geraldo Claret de Mello Ayres para a Química; Paulo de Toledo Artigas para as Ciências Humanas; e Shigeo Watanabe — que recusou o cargo — para o Instituto de Física. No Instituto de Artes se deu a assunção natural do diretor associado, o compositor José Rezende de Almeida Prado, recebido sem inamistosidade pela comunidade acadêmica. A mesma portaria demitia sumariamente 14 funcionários da direção da Associação de Servidores (um deles por engano, logo reincorporado), acusados de "intranqüilizar o ambiente universitário".

O que se seguiu foi uma batalha de palavras e, mais adiante, uma espécie de barricada física e moral nas portas das unidades atingidas. Muitos professores tentaram, embora fosse quase impossível, dar aulas naquelas condições. O dia 19 de outubro, a segunda-feira que se seguiu aos expurgos, foi sem dúvida o dia mais turbulento da vida da Unicamp. Uma assembléia foi convocada às pressas pela Associação de Docentes e pelo DCE, com êxito: os jornais da época falam em três ou em quatro mil pessoas apinhadas no prédio do Ciclo Básico. Manifestos eram redigidos às pressas, argumentos reunidos em reuniões acaloradas, adesões colhidas em todos os cantos. Fez sucesso na ocasião uma história do filósofo Rubem Alves, narrada numa assembléia de estudantes, em que um bando de "animais togados pela natureza" instituíra um concurso para distribuir entre si títulos de cantor — com o fim expresso de expurgar os sabiás, os canários e os pintassilgos, que ousavam cantar sem concurso. A fábula fez história e foi reproduzida nos jornais.

A consulta era defendida na comunidade com argumentos fornecidos pela própria abertura política que se desenhava em linhas mais amplas, desde Brasília. De fato, circulava pelas universidades federais um documento do ministro da Educação, o general Rubem Ludwig, em que se aconselhava aos reitores dessas instituições a criar instrumentos de consulta para a escolha dos ocupantes de cargos intermediários ou de direção da universidade. O documento (que está em *Ciência e Cultura*, agosto de 1981) circulou amplamente pelo campus, mas sem resultado prático.

A crise se agravava e ganhou contornos rocambolescos quando os primeiros interventores apareceram para tomar posse. O odontólogo Eduardo Daruge, designado para assumir a Faculdade de Educação, encontrou a porta fechada e teve de contornar o prédio, pulando uma mureta e caindo inadvertidamente no meio de uma assembléia de alunos. E o biólogo Artigas, para chegar à sua sala no IFCH, foi obrigado a enfrentar um verdadeiro corredor polonês, "sob intensa vaia, caminhando por uma passarela onde estavam impressas pegadas de porco, galinha, cavalo, cachorro etc. O capacho do prédio estava coberto de moedas de 1 cruzeiro" (*Folha de S. Paulo*). Os acontecimentos foram impressionantes, a ponto de inspirarem um conto kafkiano ao escritor Modesto Carone, professor do Instituto da Linguagem, e em que se descreve a posse de um interventor até ele próprio descobrir que, na verdade, estava aprisionado em sua própria sala.

Na prática, nenhum dos interventores chegou a exercer suas funções. Não havia condições objetivas para isso. Além do mais, não demorou para que seis dos diretores exonerados, indo à justiça em defesa de seus direitos, ganhassem a causa e fossem reconduzidos a seus cargos. A justiça acolheu ainda, na época, um mandado coletivo dos professores titulares, reivindicando o que o CEE lhes havia negado por princípio: o direito de chegarem à condição de diretores de unidade; o mandado foi perdido na primeira instância, mas saiu vencedor na segunda, em meados do ano seguinte, já na gestão seguinte.

Do ponto de vista eleitoral, a intervenção só fez complicar as coisas. No dia 22 de outubro, a comunidade abriu as urnas da consulta indicativa e extraiu de lá seis nomes que não chegariam, todavia, às mãos do governador. Era encabeçada pelo educador Paulo Freire, um ex-exilado com grande prestígio internacional, mas cuja menção provocava urticária nos centros de decisão política.

Alheio a isso, o Conselho Diretor, já agora reformulado em várias de suas peças, esperou fevereiro para reunir-se e elaborar a lista sêxtupla que, no dia 19, foi enviada oficialmente ao governador. A escolha do Conselho recaiu prioritariamente sobre o médico José Aristodemo Pinotti, ex-diretor da Faculdade de Ciências Médicas, e que, segundo Maurício Prates, "encarnou um certo ponto de equilíbrio entre as forças internas e externas que dominavam a situação". Pinotti foi escolhido pelo governador no dia seguinte e tomou posse em 19 de abril, numa sessão tumultuada mas que demarcou, ali mesmo, o encerramento da grande crise e o delineamento de um programa de institucionalização cuja implementação se prolongaria pelo resto da década. **(E.G.)**

Cronologia da crise

***Agosto de 1981** - Deflagra-se a programação de debates com vistas à escolha, em caráter indicativo, dos nomes preferidos da comunidade universitária para o cargo de reitor. Inscrevem-se 17 debatedores.*

***15 de Setembro de 1981** - O Conselho Diretor vota favoravelmente ao reconhecimento da consulta indicativa da comunidade, fixada pelas entidades internas para realizar-se de 20 a 22 de outubro.*

***15 de Outubro de 1981** - O governo do Estado substitui seus seis representantes no Conselho Diretor.*

***16 de Outubro de 1981** - Com base em parecer do Conselho Estadual de Educação, fixando como requisito para o exercício de direção de unidades a titulação de professor titular concursado ou estabilizado pela constituição de 1967, o reitor Plínio Alves de Moraes exonera de seus cargos oito diretores — todos membros naturais do Conselho. A mesma portaria demite 14 funcionários integrantes da direção da Associação de Servidores.*

***17 de Outubro de 1981** - O Diário Oficial do Estado traz publicados os nomes dos interventores que substituirão os diretores exonerados. Nenhum deles chega a exercer de fato a função.*

***19 de Outubro de 1981** - Uma assembléia no Ciclo Básico reúne de três a quatro mil pessoas. No dia 21 realiza-se grande passeata de protesto nas ruas centrais de Campinas.*

***22 de Outubro de 1981** - A comunidade universitária elabora sua lista indicativa, com o nome do educador Paulo Freire em primeiro lugar e, a seguir, por ordem de preferência, o engenheiro Maurício Prates, o lingüista Carlos Franchi, o físico Rogério Cerqueira Leite, o engenheiro Yaro Burian e o educador Eduardo Chaves.*

***30 de Outubro de 1981** - O reitor Plínio Alves de Moraes busca contornar a crise pedindo às unidades que, respeitados os termos do parecer do CEE, elaborem suas listas sêxtuplas visando ao preenchimento das vagas dos diretores exonerados. A proposta não se concretiza.*

***10 de Dezembro de 1981**-A justiça concede liminar restituindo ao cargo de diretor o professor Eduardo Chaves. Nas semanas seguintes, seis dos oito diretores exonerados retornaram a suas funções, mediante impetração de mandado de segurança.*

***19 de Fevereiro de 1982** - O Conselho, reformulado, elabora sua lista sêxtupla a ser enviada ao governador, encabeçada pelo médico José Aristodemo Pinotti. Na seqüência, o odontólogo Antonio Carlos Neder, o médico Luís Sérgio Leonardi, o físico Rogério Cerqueira Leite, o lingüista Carlos Franchi e o engenheiro Morency Arouca.*

***20 de Fevereiro de 1982** - O médico José Aristodemo Pinotti é escolhido pelo governador do Estado como o novo reitor da Unicamp.*

19 de Abril de 1982** - José Aristodemo Pinotti toma posse como reitor, anunciando como uma de suas metas prioritárias a institucionalização da Unicamp e a reforma de seu estatuto. **(E.G.)